

**AS VELHAS E NOVAS CIDADES NA
ECONOMIA GLOBAL**

Júlio Mota

Luís Lopes

Margarida Antunes

(Coordenadores)

ÍNDICE

PARTE I: SOBRE O FILME

1. *Do Tempo e da Cidade (Of time and the city)*, de Terence Davies

Philippe Pilard

2. Milagroso ... *Of Time and the City*

Peter Bradshaw

3. *Do Tempo e da Cidade*

Philip French

4. Foi saudado como uma grande obra cinematográfica — fez as pessoas chorar

Ian Jack

5. *Do Tempo e da Cidade*: Pavane para uma cidade desaparecida, Liverpool

Thomas Sotinel

6. *Do Tempo e da Cidade*: ode à glória perdida de Liverpool

Jean-Luc Douin

PARTE II: SOBRE A DINÂMICA DAS CIDADES

1. O social da competição

Jacques Donzelot

2. Cidade a três velocidades

Jacques Donzelot

PARTE I: SOBRE O FILME

1. *Do Tempo e da Cidade (Of time and the city)*, de Terence Davies

Philippe Pilard

Um filme documentário? Um ensaio? Um panfleto? Um poema? Uma confissão? Um sonho? Um testamento? *Do Tempo e da Cidade*, um filme que Terence Davies assina em 2008, ano em que a cidade de Liverpool foi “capital europeia da cultura”, é tudo isto ao mesmo tempo. De facto, a obra do cineasta é em muito autobiográfica e Liverpool, a sua cidade natal, tem nela um lugar central. Não se esqueceu de *Distant Voices, Still Lives* (1988) e *The Long Day Closes* (1991), as duas longas-metragens que consagrou à sua família e à sua infância. Davies não deixa de evocar igualmente a sua dolorosa experiência da religião católica e a sua rejeição de uma fé que foi a da infância.

Na mesma óptica autobiográfica, dir-se-á que só foi feliz na sua vida apenas durante alguns anos: depois da morte do seu pai (este tirano doméstico, de violência imprevisível, evocado na primeira longa-metragem e encarnado no ecrã de forma surpreendente por Pete Postlethwaite) e antes da descoberta — e fonte de novos tormentos — da sua homossexualidade.

Quanto a Liverpool da sua infância, esta está claramente circunscrita: a pequena casa familiar, a rua, o bairro, a escola, a igreja. E sobretudo os cinemas da vizinhança, com os seus “grandes filmes” vindos de Hollywood e os seus “pequenos filmes” ingleses. Havia mais de oito salas de cinema, diz. Todas desapareceram. A cidade de Liverpool de Terence Davies, agora “estrangeiro no seu próprio país”, é assim a dos anos 40 e 50, a da infância e a da adolescência. Liverpool da memória. “A forma de uma cidade altera-se muito mais rapidamente, infelizmente, que o coração de um simples mortal”, escreveu Baudelaire. Davies não fala de outra coisa.

Liverpool, uma cidade marcada pela História, que se sente e se quer “à margem” do resto da Inglaterra. Não se fala aí uma língua específica, o *scouse*? Uma cidade voltada para o Atlântico também: primeiro, com o comércio “triangular” e o tráfico de negros no século XVIII, em seguida com o comércio de algodão destinado às fábricas de Manchester, a rival detestada. A riqueza apenas por aqui se vê passar, a pobreza, esta permanece. Em seguida, Liverpool será invadida pelos irlandeses expulsos da sua própria ilha por causa da fome da batata de 1847. E perto de um século depois, será bombardeada pela aviação alemã, antes de se tornar o principal porto de entrada das forças militares americanas.

Com os anos 60, Liverpool acede à notoriedade internacional, graças a dois fenómenos específicos: duas equipas de futebol, o Reds e Everton, e também, como não podia deixar de ser, os Beatles.

Terence Davies não alimenta nenhuma ilusão sobre a Liverpool de outrora, onde o proletariado, constantemente ameaçado pelo

desemprego e pela mais negra das misérias, sobrevive mais do que vive em condições miseráveis de habitação e de higiene. Sobre este “pequeno povo”, modesto e corajoso, do qual é descendente, Terence Davis dá-nos um olhar comovido e fraternal, seleccionando fotografias oficiais e privadas, fragmentos de filmes de todos os formatos. Neste sentido, inscreve-se, à sua maneira, na continuidade do trabalho documental conduzido pelo grande cineasta dos anos 30 e 40, Humphrey Jennings, e de curtas-metragens como *Spare Time* ou *Listen to Britain*.

O que nos mostra *Do Tempo e da Cidade*? Uma população mobilizada nas fábricas, nas minas, nos navios, nos cais. Uma mobilização que se refere igualmente ao tempo dos lazeres, nos *pubs*, nos estádios apinhados onde o futebol reina como um mestre, no campo de corridas de Aintree e até nas praias de New Brighton. “Ferry, Cross the Mersey...”: e as palavras sucessivamente repetidas ressoam no nosso ouvido.

Na viragem decisiva dos anos 50, dava-se o fim do Império colonial britânico, sobre o qual o sol nunca se punha. Mas os faustos da monarquia permanecem. E em Terence Davies, a nostalgia não exclui a crítica, tanto quanto necessário: reserva os seus comentários mais duros ao regime monárquico chique e a “Betty Windsor”, expoente de um sistema que detesta.

Nos anos 50, por fim, os sociólogos, os urbanistas, os arquitectos passam por Liverpool. Muito rapidamente, a nova miséria das torres em betão (certas imagens lembram-nos o *Playtime* de Jacques Tati) substituirá a dos *slums* vitorianos.

Em *Do Tempo e da Cidade*, Terence Davies faz-nos descobrir todo um mundo de imagens. Explora um tempo suspenso: fotografias antigas, arquivos, cenas filmadas a preto e branco ou a cores (as cores relativamente gritantes dos filmes em 8 mm da época) que ressuscitam as ruas, os cais, as embarcações, os gestos esquecidos, os olhares perdidos, as emoções anónimas. As imagens mais banais não são as menos nostálgicas... Contra-ponto, as imagens recentes são às vezes surpreendentes, se não chocantes: é assim com o restaurante “chic” instalado no espaço que foi outrora uma igreja...

Terence Davies acumula citações musicais e citações literárias: há nele um gosto, um apetite, um entusiasmo, por uma cultura literária e musical que não lhe foi dada mas por ele conquistada: Shakespeare, certamente, e T. S. Eliot (ele descobre *Four Quartets*, lido por Alec Guinness, graças à BBC!), A. E. Housman, Alexandre Tchekhov, irmão do escritor, Gustav Mahler, Anton Bruckner; mas também a cantora Peggy Lee ou o escocês Ewan McColl e a sua canção *Dirty Old Town*, que data de 1946... Não duvidemos: em Terence Davies, a Cultura substitui um Deus ausente.

Philippe Pilard, “*Of time and the city*” de Terence Davies, disponível em <http://mediatheques.villeurbanne.fr/2011/01/of-time-and-the-city-de-terence-davies/>.

2. Milagroso ... *Of Time and the City*

Peter Bradshaw

O novo filme de Terence Davies, o primeiro em oito anos, é um estudo sensível e fervoroso sobre Liverpool, a cidade da sua infância nos anos 50. O filme é abruptamente emocional e sentimental — por vezes feroz, mais vezes hilariante. Nada me deu mais prazer este ano: a doçura do seu temperamento, a seriedade intemporal da sua criação e a mescla de mundanidade e inocência produzem algo sublime. Tem algo de *Listen to Britain*, de Humphrey Jennings, e algo mais de Noël Coward, em *Coward of This Happy Breed* ou em *Brief Encounter*. Tal como Coward, Davies enebria-se com a potência da música de cordel.

O filme *Do Tempo e da Cidade* tornou-se possível por um modesto subsídio de várias entidades públicas, designadamente do projecto “Liverpool’s Digital Departures”. O resultado é milagroso. Pôs fim ao infeliz retiro profissional do realizador, devolvendo-o à fonte da sua primitiva inspiração autobiográfica, e isso de uma forma que criou novas perspectivas sobre a sacrossanta trindade: classe, sexualidade e Catolicismo. O filme pode até inaugurar um novo período “tardio” deste realizador: o que o mostra a fazer as pazes consigo próprio e com o seu passado, mas arcando ainda, penosamente, com os custos deste processo.

A forma é simples quanto basta: uma colagem documental relativamente curta (de 72 minutos) de imagens de vídeo e de filmes sobre a Liverpool de hoje e do passado, acompanhados pela sua

selecção pessoal dos trechos musicais clássicos e do período pré-pop que o emocionaram quando criança. A narração com a voz de Davies é tão rica, melancólica e melosa, como o mais saboroso bolo demolido em mesalina. Já não se ouvia nada comparado com isto desde o *Uncle Monty*, de Richard Griffiths. A voz de Davies — na verdade, todo o seu filme — é uma plangente ária barítónica. Numa forma mais jovem e mais ligeira, esta mesma voz por detrás da câmara é a que recita a missa no enterro dos mortos na parte *Death and Transfiguration* da trilogia de Davies realizada no princípio dos anos 80.

O seu efeito é directo e controversamente sem subtilidades. Davies atrai-nos à cara Housman e Eliot. As suas escolhas musicais são-nos familiares e as imagens e documentários filmados que selecciona não são nada de especial em qualquer perspectiva que seja de investigação arquivista. Mas as justaposições dão-nos uma golfada de êxtase e tristeza, tudo em simultâneo. Davies é incensado pelo sistema britânico de castas do pós-guerra; fervilha com desprezo e raiva em nome da portentosa e criativa classe trabalhadora, acantonada em habitações brutais e tratada com paternalismo pelas classes mais abastadas. Mas também desdenha e se enfurece contra eles — e contra ele próprio — por deixarem que isto aconteça por tanto tempo. Davies vê um período longo, deplorável e miserável, da história britânica, tão chocantemente depressivo e assexuado como uma eterna tarde de Domingo, e vê este período como tendo começado muito antes de ter sido banida a Chatterlay e como tendo ido até bem depois do primeiro LP dos Beatles, se é que já acabou de todo.

O que me leva ao acto mais impertinente: o acto chocante de denegrir os Beatles. Em teoria, os mais famosos filhos de Liverpool deram o golpe de misericórdia na pomposa e classicista sociedade britânica que Davies almejava. Ainda que o terramoto cultural dos Beatles tenha chegado precisamente no momento em que o jovem Davies se tinha apaixonado vivamente por Bruckner, tocado em elegantes salas de concerto, nas quais não havia azo a encetar uma relação amorosa com ninguém. Vemos os Beatles em *swing* total, tocando Hippy Hippy Shake — embora Davies insira na banda sonora a versão superior dos Swinging Blue Jeans, talvez um detalhe subtil, ou talvez que os direitos de utilização das músicas dos Fab Four fossem demasiado caros. Os miúdos aderem prontamente à música dos Beatles no Cavern Club, mas Davies retira a banda sonora da música *pop* e substitui-a por um calmo e suave trecho de orquestra com música do século XIX. Esta dissonância é bizarra e brilhantemente contrastante, no mesmo sentido em que acontece sempre na vida real.

Todos os *fans* de Davies conhecem a cena da sua trilogia em que é filmado o interior de uma igreja enquanto se ouve o agonizado narrador ao telefone, implorando a alguém para tatuar o seu escroto, um acto para o qual tem que estar tão “duro como um biscoito”. Davies mostra as mesmas igrejas, em 2008, como lugares não sagrados, transmutados em modernos bares, clubes nocturnos e restaurantes. Ouve-se a sua voz de alívio e vê-se isso no ecrã. Adeus a toda aquela culpa, graças a Deus.

Mas, há aí algo mais, também: frustração e dor no espectáculo de uma cidade que ele já não reconhece. As misérias foram varridas, mas

também as certezas. Quando entrevista jovens que se juntam nas ruas numa Sexta-feira à noite, com dinheiro no bolso, não parecem ter a marca de “classe operária branca”, tão claramente como as gerações anteriores. A que é que se consagram? Identificam-se com o quê? Se o consumismo esborou as barreiras de classe e, conseqüentemente, a via de escape das aspirações da educação e cultura, então quais são agora os seus desafios, os seus sofrimentos pessoais? Davies surge a perguntar a si próprio se conseguirá entendê-los totalmente, mas, mesmo esta confissão de fraqueza como artista é corajosa e até excitante.

Pode ser que, tal como Philip Roth, ou mesmo como Proust, Davies venha a achar que a sua própria juventude é uma cicatriz, que ele não tenha chegado a lado nenhum, quase exausto — mesmo que o acto de exploração criativa gere novas e insonháveis reservas de matéria-prima. Que adorável filme é este e que bem-vindo regresso a um dos grandes realizadores britânicos.

Peter Bradshaw, “Miraculous... Of Time and the City” *The Guardian*, 31 de Outubro de 2008.

3. Do Tempo e da Cidade

Philip French

O Catolicismo, os seus credos, regras e iconografia estão muito presentes no documentário de Davies *Do Tempo e da Cidade*, no qual regressa à Liverpool da sua infância e adolescência. Nasceu aí em 1945, cresceu como Católico da classe operária e descobriu a sua homossexualidade nos dias que antecederam o Relatório Wolfenden. Ele recriou esta realidade em filmes inesquecíveis, primeiro com realismo amargo na sua dolorosa trilogia monocromática e, depois, mais poeticamente, no díptico *Distant Voices, Still Lives* e *The Long Day Closes*.

Este documentário é compilado a partir de imagens de arquivo cheias de grão, a maior parte a preto e branco, mas contém também imagens mais recentes a cores, bem como algumas sequências rodadas especificamente para este filme. Há imagens nostálgicas de excursões pelo rio Mersey até New Brighton, de viagens na linha ferroviária ao longo das docas, bem como um documentário exótico com Margaret Lockwood, Gregory Peck, Jack Hawkins e outras estrelas de cinema a assistirem a uma gala de cinema no charmoso hotel Ritz, de Birkenhead, e *clips* tocantes do Regimento Real de Liverpool a embarcar para a Coreia, em 1952.

A narração, na voz ligeiramente lúgubre de Davies nos seus 62 anos de idade, começa com o lamento de Housman por “aquelas tristes saudosas colinas” e “a terra do contentamento perdido”, voltando

constantemente aos *Four Quartets* de Eliot quando enfrenta a passagem do tempo e lamenta o fim da esperança e a destruição da comunidade. Há muitas imagens depressivas de decadentes arranha-céus de apartamentos e das zonas desoladas dos arredores que substituíram as fileiras de casas ajardinadas de dois pisos. Numa seqüência especialmente tocante, a versão de Peggy Lee da canção *The Folks that Live on the Hill* é ilustrada com imagens de pessoas tristes e isoladas a olhar pela janela nos blocos de torres de habitações.

Isto é, com certeza, uma perspectiva parcial e não analítica da cidade. É a marginal do rio Mersey de Davies e, em certa medida, a do meu pai, embora não seja a minha, ou a de Rex Harrison, ou a de Alan Bleasdale, ou a de Malcolm Lowry, ou a de Malcolm Sargent, ou a de George Melly, ou a de Derek Hatton — ou a de Fanny Hill até certo ponto.

O espectador não vê o interior da Walker Art Gallery ou da Philharmonic Hall, embora se visite mesmo o Liverpool Stadium onde o adolescente Davies vibrou numa proximidade homo-erótica com profissionais de luta livre (wrestlers). Ele escarnece da igreja Católica de uma maneira que faz lembrar o desfile de moda no Vaticano, no filme *Roma*, de Fellini. Denuncia a família real (“The Betty Windsor Show”) de uma forma que, até para um republicano como eu, parece indelicada. Em vez de olhar para os Beatles como uma verdadeira referência de orgulho local, associa-os ao declínio da cultura popular. Mas, e então as canções *Penny Lane* e *Strawberry Fields Forever*?

No entanto, é um filme cativante, eloquente, um terno requiem, um poema de alienação e desespero, por um homem exigente de grande

sensibilidade. É muitas vezes engraçado, como quando Davies recorda a sua mãe a apostar no galgo Quare Times, vencedor da corrida Grand National, em 1955. O título do filme é provavelmente tirado do *Of Time and the River* do escritor autobiográfico Thomas Wolfe. Um dos seus últimos livros foi intitulado *You Can't Go Home Again*, em que, como estou certo que Davies concordará, nunca se falou tão verdade.

Philip French, “Of Time and the City”, *The Observer*, 2 de Novembro de 2008.

4. Foi saudado como uma grande obra cinematográfica — fez as pessoas chorar

Ian Jack

O novo filme de Terence Davies liberta Liverpool da nostalgia e da paródia auto-consciente.

Eu vi pela primeira vez Liverpool no banco do meio de uma charrete, em 1950. Uma maneira excêntrica de visitar a cidade, mesmo nessa altura, mas, todos os Domingos, se o tempo parecia bom, os meus pais tiravam a charrete do alpendre da nossa casa, a 30 milhas para leste ao longo do Lancashire, e partíamos, com o meu irmão mais velho ao lado na sua bicicleta, a fazer de escolta. Lembro-me dos carros eléctricos verdes chiando suavemente através dos subúrbios de

Liverpool, com o meu pai a gritar para o meu irmão ter cuidado com a roda da frente nos carris, e depois sentarmo-nos no ferry do rio Mersey, com as gaivotas pousadas nos espaldares, e eu a ter um ataque de tosse por causa de migalhas de uma sanduíche de rosbife presas na garganta.

Uma excursão de um dia fixada em duas cenas. Falava-se de danos de bombas em Liverpool? Provavelmente. Vimos barcos? Certamente. Mas, a grande narrativa do dia perdeu-se. A partida, um incidente interessante, a chegada, o regresso: para tornar o retrato mais completo, tudo isto necessitaria de puxar por memórias de outros dias, ou inventá-las. Isto é o que a ficção faz habitualmente. Uma das mais eloquentes características dos filmes de Davies é recriar a infância tal como a recordam os adultos, como doces e fugidios fragmentos desencantados de uma vida acabada. O seu filme mais conhecido, *Distant Voices, Still Lives*, evocava a sua própria juventude em Liverpool como filho mais novo de uma família operária católica com dez filhos. Foi realizado em 1988 e ganhou todo o tipo de prémios, nomeadamente o Prémio dos Críticos Internacionais em Cannes. Mas Davies fez apenas três longas-metragens nos 20 anos seguintes. Tornou-se um tema de conversa do género “o-que-é-que-aconteceu-a?” mais do que um realizador no activo, até este ano, quando *Do Tempo e da Cidade*, o seu primeiro filme em oito anos, foi apresentado em Cannes. O filme foi saudado como uma grande obra cinematográfica, fez chorar o público, tendo restabelecido a reputação de Davies como um dos poucos realizadores britânicos com uma visão singular e facilmente reconhecível ou, por outras palavras, um autor.

A partir de 31 de Outubro pode ser visto nos cinemas de estúdio por todo o país.

Será um sucesso, talvez até um pequeno triunfo comercial se conseguir chamar a atenção do público, como aconteceu antes. Poucas pessoas esperariam isto. O filme foi feito com um orçamento de 250 000 libras, com uma contribuição conjunta de várias fontes atribuída por um comité organizado no âmbito das comemorações de Liverpool como Cidade Europeia da Cultura. A sua apresentação como “um documentário sobre Liverpool” dificilmente garantirá multidões para além da cidade. Dizer que o filme recria uma época da história britânica não nos leva a lado nenhum, porque isso é o que faz vezes sem conta a indústria britânica do cinema e da televisão. O que torna *Do Tempo e da Cidade* espectacularmente diferente é a forma como extrai a beleza do nosso quotidiano do passado, tornando aquilo que poderia facilmente não passar de saudade ou comédia ou história social numa elegia à forma de vida que para muitos britânicos — e não só para Liverpool — representava para os nossos pais ou para nós próprios.

De certa forma, a sua abordagem é tão velha como o próprio movimento do documentário britânico: os poemas cinematográficos dedicados à classe operária começaram em 1930, e Davies reconhece ter-se particularmente inspirado no filme do tempo da guerra *Listen to Britain*, de Humphrey Jennings. Mas Davies rodou apenas uma pequena parte das cenas do seu filme — as cenas da Liverpool moderna. Visualmente, o filme representa fundamentalmente um triunfo de montagem de imagens filmadas por outras pessoas, ao

longo dos últimos 60 anos, nas ruas, nas docas, nos restaurantes, nos comboios.

Em termos sonoros, rejeita, quer na música, quer na voz de Davies, todas as convenções recentes que têm caracterizado a forma como o norte de Inglaterra tem sido visto.

Quando as cidades industriais deixam de ter importância geral no mundo — quando deixam de ter a sua função — sobrevivem frequentemente enquanto paródia auto-consciente; uma montagem bidimensional de imagens de refugio, desde cachecóis de clubes de futebol, uma devoção intensa à pronúncia local, às estratégias culturais e ao património histórico, tudo em nome da identidade e da diferença, com um olho no turismo. Em Newcastle Upon Tyne, homens corpulentos de camisas de cor branca e preta sentam-se no estádio para nos dizerem que são “Geordies” (alcunha das pessoas da região de Tyneside); em Liverpool, *You’ll Never Walk Alone*, profissionalmente *Scousers* (pronúncia e dialecto de Liverpool), os Beatles. A partir do momento em que Davies começa a locução do documentário, percebe-se que estes invólucros grosseiros são para serem desfeitos. A sua voz é a voz comum de um professor de Oxford ou de um actor — uma voz grave, por vezes irónica e outras vezes teatral, mais baixa. Sem vestígios de outra pronúncia que não a pronúncia inglesa formal. Como é que um pequeno pobre de Liverpool podia ter crescido com esta pronúncia? Rapidamente, esta pergunta nos envergonha. Quão profundamente estamos limitados por ideias em voga de “identidade”, até ao ponto de as suscitar?

Depois, há o conteúdo das palavras. Um bom naco disforme de T. S. Eliot — tirado principalmente dos *Four Quartets* — combinado com imagens de toda a espécie de coisas improváveis, tais como a Liverpool Overhead Railway e rebocadores marítimos. Mas, não apenas Eliot. Muitos meio-arranjados, versos de outros poetas e da Bíblia, numa colagem de textos tão viva como as imagens filmadas que acompanham. A acompanhar cenas de raparigas a perorar em frente de um bar, Davies lê Walter Raleigh bastante selvaticamente: “Os teus vestidos, os teus sapatos, os teus broches de botão de rosa/O teu lenço, a tua saia e os teus ramos de flores/Em breve se esboroam, em breve se desvanecem — em breve esquecidos/em insano avanço de idade, em razão esclerosada”.

Não menos é a música. Davies, que saiu da escola aos 16 anos, trabalhava como empregado de escritório de uma companhia marítima quando os Beatles começaram. Dedicava-lhes uns segundos apenas, lamentando o abandono das “letras inteligentes e das bem elaboradas canções de amor” e vira-se, em vez disso, para Sibelius, Bruckner e “qualquer resquício de nota musical”, de Mahler. Uma grande música pode dar a quase qualquer cena a emoção ou o esplendor que, intrinsecamente, pode não merecer — Woody Allen chamou-lhe “grandeza emprestada” — mas Davies usa isso frequentemente para um efeito desculpável. Uma ária do compositor Romeno Popescu Branesti ilustra cerca de vinte cenas de vida doméstica nas ruas habitacionais de Liverpool dos anos 40. Um rapaz de bicicleta a distribuir leite; uma mulher a acender uma lareira; uma rapariga a pentear-se; um homem a barbear-se; uma dona de casa a esfregar os

degraus de entrada; crianças a correrem para um campo de jogos ... e todos estes pequenos actos são investidos de uma dignidade que honra as pessoas que os desempenham.

A atmosfera muda com o aparecimento do bloco de torres de habitação municipal e a lamentação. “Esperávamos o paraíso”, diz Davies. “Tivemos o *anus mundi*”. E muda a seguir outra vez para o presente, para os efeitos luminosos sobre o Liver Building e para edifícios de ex-igrejas transformados em restaurantes “tão chiques como qualquer outro no estrangeiro”. E interroga-se: “Isto está a acontecer? A perfeição é isto?” — interrogações que precisam depois de ser acrescentadas com “E, em todo o caso, como é que se tem meios para isto e quanto tempo perdurará?”.

Não é um filme perfeito. Perde força, penso eu, sempre que as lentes deixam de se virar para Liverpool. As cenas da guerra da Coreia são acompanhadas forçadamente (e peculiarmente, dados os gostos de Davies) com a canção dos *Hollies He’s not heavy, he’s my brother*. A coroação da rainha Elisabete suscita algum sentimento político sobre ricos e pobres, mas quando Davies lhe chama “The Betty Windsor Show” parece Kenneth Williams a fazer de republicano. Williams foi um dos heróis de Davies, quando, como rapaz cheio de ânsia homossexual, ligou um rádio “tão pequeno e castanho como os biscoitos Hovis” para ouvir tudo o que Julian e Sandy diziam na conversa banal do programa *Round the Horne*.

Mas se isto são fiascos, devem ser perdoados. Davies elevou a experiência da classe operária britânica comum para além da análise sociológica e gentílica do futebol, dando-lhe um bom patamar com T.

S. Eliot, Mahler e todos os outros. Tornou-se história no meu tempo. Vendo o filme, vendo de cima multidões a jorrar dos ferries como insectos negros com um destino determinado, foi estranho pensar que, quando eu era um rapazinho, com a mesma idade de Davies, fiz parte de tudo isto num Domingo, antes de voltarmos as bicicletas de regresso a casa.

Ian Jack, “It was hailed as a great work of cinema — it made people cry”, *The Guardian*, 4 de Outubro de 2008.

5. *Do Tempo e da Cidade: Pavane para uma cidade desaparecida, Liverpool*

Thomas Sotinel

Neste documentário apresentado em sessão especial, Terence Davies profere o elogio fúnebre de Liverpool, uma cidade inglesa.

Terence Davies nasceu em Liverpool, em 1945. Os seus filmes de ficção *The Long Day Closes* e *Distant Voices, Still Lives* inspiraram-se na sua infância vivida numa família operária do grande porto.

Desde 2001 que Terence Davies não filmava. Retorna com *Do Tempo e da Cidade*, um filme curto (1 h e 12 min), do qual ele apenas rodou

uma pequena parte. O resto é feito de pedaços de filmes e de fotografias de Liverpool tiradas nestes últimos sessenta anos.

Do Tempo e da Cidade tem como subtítulo “uma canção de amor e um elogio fúnebre”. Porque não existe já nada da cidade e do mundo no qual Terence Davies se tornou um homem, nada mesmo, excepto Elizabeth II, a que deu o cognome de Betty Windsor.

O filme está montado em sequências articuladas de modo flexível e que analisam as diversas décadas, fazendo a crónica da demolição de pardieiros feitos de tijolos vermelhos e da sua substituição por torres de betão. “Esperávamos o paraíso e tivemos o *anus mundi*”, dizem-nos.

O comentário de Terence Davies é um texto de uma grande beleza no qual mistura pedaços de autobiografia e poemas (Shelley, T. S. Eliot). Se, por felicidade, *Do Tempo e da Cidade* chegar às salas portuguesas, será necessário ter muito cuidado, muita delicadeza, com as legendas.

Quando a sua voz se cala, é substituída por música: obras orquestrais de compositores pouco conhecidos e algumas canções Pop fora de moda.

Davies, proletário, católico, homossexual, “deixou de ter qualquer interesse pela música Pop a partir dos Beatles”. É lógico: o advento de John, de Paul, George e Ringo (que assimila a “um estudo de notários de província”) marca o início da agonia da “sua Liverpool”. Os domingos à beira-mar, as quermesses de bairro, as celebrações patrióticas sobre os cais, aquando do embarque das tropas para a Coreia, e de tudo isto, já nada resta.

Os planos de Liverpool de hoje mostram monumentos restaurados, para além mesmo do seu esplendor passado. Uma cidade à qual um dos seus filhos dirige uma carta de amor *post mortem*.

Thomas Sotinel, “‘Of Time and the City’: pavane pour une cité disparue”, *Le Monde*, 20 de Maio de 2008.

6. Do Tempo e da Cidade: ode à glória perdida de Liverpool

Jean-Luc Douin

A cortina vermelha de um velho cinema abre-se sobre o genérico deste filme a preto e branco, ao ritmo do piano de Liszt. Encadeamento sobre um desfile de faustosos edifícios, ao som das grandes trompas de Haendel. Esta cidade vista e considerada como uma cidade antiga, disto não sairemos, as primeiras imagens mostram-na desde 1800, do tempo do seu esplendor, da importante etapa do comércio marítimo, às que descrevem os seus bairros pobres, edifícios demolidos, pardieiros de betão, arquitecturas que arvoram “o génio dos mal-humorados”.

Revestido de um lirismo alternadamente melancólico e malicioso, este documentário é bem mais que o retrato da cidade de Liverpool decrépita com o correr do tempo. É ao mesmo tempo o auto-retrato do

cinasta, que aí nasceu em 1945, a sua vibrante declaração de amor acompanhada de um comentário em *voz-off*, dito por ele mesmo. Um poema visual e sonoro enriquecido de citações de Joyce (“o que são hoje, fomo-los nós ontem”), Tchekhov (“os melhores momentos passam sem deixarem vestígios”), Engels sobre a pobreza, e a cantora Peggy Lee em contraponto irónico de um longo plano em movimento sobre os imóveis destinados a trabalhadores (“a nossa varanda exigirá umas paisagens verdejantes”).

“Onde estás tu, oh Liverpool que te amei tanto? Oh tempo, oh costumes, ... olhando do seu passado, já um pouco esquecido, há vozes que se calaram, o realizador de *Distant Voices, Still Lives* (1987) mistura a história, a evolução socioeconómica, as lembranças íntimas e a memória colectiva, lugares venerados ou detestados, o cinema e a música.

Planos roubados, diríamos, de hoje, cronologia em *zig zag*, imagens de arquivo. Residências vitorianas e crianças em terrenos vagos, estátuas de santos e igrejas secularizadas onde se tomam umas bebidas, terrenos de futebol antes da perversão do desporto pelo espírito mercantil, rádio em Baquelite, *belle époque* das comédias musicais e dos melodramas, mulheres a lavar a roupa, a guerra da Coreia e a febre dos cantores, os faustosos casamentos de Elizabeth, os cupões de racionamento, o fim do Império britânico e o ódio ao *rock and roll*, as corridas de hipismo e a marcha orangista, a nova estação balnear, a dança, a eclosão dos Beatles e os “notários de província”, o chocolate quente e as *tartines*, as cantigas fora de moda...

Um universo quase defunto

Em fim de *flash-back*, sobre um fundo de céu carregado, escuro, alguns versos de T. S. Eliot para nos falar da nostalgia das mulheres amadas: a sua mãe e as suas irmãs. “Boa-noite minhas Senhoras, boa-noite minhas queridas. Boa-noite, boa-noite. Boa-noite”. Este hino a um universo quase defunto é assombrado pela sua infância, pela violência imposta aos pobres, aos soldados, o amor pelo cinema (a gloriosa chegada de Gregory Peck ao Teatro Ritz), pela morte dos seus entes queridos e que o embalaram outrora. Mas sobretudo, pela marca da Igreja católica e pela repressão do desejo homossexual, do qual Terence Davis se sentiu desde muito cedo um refém.

O espírito perturbado cresce em frente destes altares onde se ouve Satanás murmurar-lhe: “eu sempre te vou ter!” Ei-lo a tremer com medo da cólera de Deus enquanto sente uma agitação interior diante de corpos de homens, como Dirk Bogarde no filme *A Vítima*.

Dividido e atormentado pelas regras de uma Igreja minoritária e a lei que condena, vagueia ainda entre sítios de cânticos em salas onde se projecta *Un amour pas comme les autres, Tout ce que le ciel permet*. Até se ocupar de Pio XII, fazer humor negro sobre o cardeal Heenan (“o Schiaparelli do Vaticano”), sobre um certo clero (“Clitoris le Nième”), à custa de um certo desespero (“esperou-se o paraíso, teve-se o *anus mundi*”).

Cheio de conteúdo poético, literário como tudo, o texto é inflamado, acerado, arrasador, apaixonado, magnífico, e o seu tratamento musical

com diapasão, passando de Hollies a Spinners, de Mahler a Brahms. *Do Tempo e da Cidade* opõe a opulência da monarquia às desgraças do povo, clama a dor de um rapaz condicionado a sentir-se pecador. Com uma grandeza na palavra que não é indigna de Shakespeare.

Jean-Luc Douin, “Of Time and the City: ode à la gloire déchue de Liverpool”, *Le Monde*, 10 de Fevereiro de 2009.

PARTE II: SOBRE A DINÂMICA DAS CIDADES

1. O social da competição

Jacques Donzelot

Desde meados dos anos 90, que as expressões conjuntas de exclusão e de coesão social contribuem cada vez mais para definir a finalidade das políticas sociais. Tudo começou com um colóquio da UNESCO organizado por Roskilde na Dinamarca, em 1995, como prelúdio a uma cimeira da ONU consagrada ao social. Este colóquio serviu para sublinhar os efeitos negativos da globalização sobre as economias nacionais, a vulnerabilidade que se segue para as populações, a necessidade de orientar a acção do Estado no sentido de uma luta contra o risco de exclusão e isto a fim de preservar a coesão social. Este objectivo deveria ser atingido pelos Estados nem mais nem menos, mas torna-se impossível tendo em conta a pressão que a globalização exerce sobre as economias nacionais, sendo melhor então mobilizar as sociedades civis. A Comissão Europeia retomou esta temática aquando da cimeira de Lisboa, em 2000, fazendo da referida coesão social uma das duas prioridades da Europa, sendo a outra a competitividade. Desde este momento, o social encontra-se definido como a luta contra a exclusão a fim de preservar a coesão na perspectiva do crescimento da competitividade.

Esta focalização na exclusão como problema, a coesão social como remédio e a competitividade como objectivo, não deixou de suscitar a desconfiança. Ao orientar a acção das políticas sociais para a exclusão, não se teria que ter tido em conta o efeito mais marginal do regresso da questão social em detrimento do essencial, nomeadamente a desestabilização da condição salarial no que a constitui, nomeadamente os estatutos conferidos à cada profissão pelo Estado protector? Dando para mandato ao Estado mobilizar a sociedade civil a fim de lutar contra esta exclusão, não se estaria a desobrigá-lo da sua missão protectora, fazendo desta um negócio tanto privado como público, e não mais um dever sagrado do Estado? Resumidamente, esta operação conceptual não esconderia ela uma ruptura do compromisso entre o económico e o social sobre o qual se estabeleceu o Estado-providência e tudo isto em benefício somente da competitividade, sendo a luta contra a exclusão apenas a maneira de esconder os estragos mais manifestos? A questão punha-se ainda com mais força quando um fenómeno similar parecia produzir-se no domínio judicial onde o penal parecia destacar-se claramente da preocupação de correcção social para fazer prevalecer uma lógica securitária, ao ponto de alguns falarem de uma substituição do Estado social pelo Estado penal. Ou ainda, no domínio urbano, onde parecia assistir-se a uma diminuição do alojamento social através da insistência crescente sobre o acesso à propriedade erigida como solução para todos os males da cidade. Em suma, à sombra de uma terminologia cheia de solicitude, o neoliberalismo torna-se a doutrina dominante, levando-nos ao tempo do liberalismo triunfante contra o

qual o social tinha sido concebido e se tinha imposto através de duros combates colectivos.

Estas análises em termos de regressão como de todas as que analisam uma transformação sob o ângulo exclusivo do que desaparece ou se encontra ameaçado permitem-nos compreender que se trata antes de uma ruptura com o passado e proíbe-nos que se interprete esta noutros termos que não os de uma perda decisiva para a humanidade, incapacitando por conseguinte o combate na salvaguarda destes acervos ameaçados, sendo qualquer outra atitude suspeita de traição a uma causa essencial. Mas chega o momento em que importa mais o desejo de compreender o que ocorre, apreender as razões em termos menos simplistas, de ver também quais condições em que seria possível transferir uma nova exigência de justiça que fosse inscrita na antiga. Nesta perspectiva, a consideração da relação entre a doutrina neoliberal e o tema da exclusão fornece justamente uma abertura susceptível de nos pôr na via de uma compreensão menos caricatural do que se passa em matéria de políticas sociais. Claramente, o crescendo da expressão exclusão coincide e bem com as das doutrinas neoliberais. Mas não haverá com ela nada mais que uma concessão puramente formal às agitações humanitárias suscitadas pela mundialização? Quando se retoma a análise que Michel Foucault forneceu destas doutrinas, constata-se que a questão da exclusão ocupa não um lugar marginal mas estrutural, através do papel que elas atribuem à concorrência. Naquilo em que neoliberalismo se distingue do liberalismo clássico, é, com efeito, o colocar a tónica na concorrência mais do que na troca mercantil, denunciando a

ingenuidade naturalista da visão desta troca pelos primeiros liberais. Estes tinham exposto o Estado, desta vez, a sofrer uma pressão alimentada por todas as frustrações associadas a esta troca. Em lugar disso, os neoliberais focaram, eles, o acento na concorrência, a qual não constitui aos seus olhos um fenómeno da natureza mas uma criação do Estado, o fruto da sua acção. A dita concorrência é tanto mais forte quanto ninguém dela é excluída. E é precisamente a razão pela qual a luta contra a exclusão apareceu aos doutrinários neoliberais como o principal objectivo social do Estado, se não o único. Partindo desta análise, pode interrogar-se se a inscrição do social sob o signo da luta contra a exclusão no âmbito neoliberal não seria a mesma que a que tinha ocupado, *mutatis mutandis*, no âmbito do liberalismo clássico, quando era definida como um princípio de compensação das desigualdades da troca mercantil.

Queria mostrar como a evolução actual do social ganha ao ser interpretada a partir da imagem da reciclagem do que da da regressão. Deve entender-se a expressão reciclagem no sentido elementar do termo: voltar a dar uma nova função a um produto antigo, num novo contexto, graças a um tratamento adequado. Neste caso, trata-se de ver como se passa de um social de compensação concebido na perspectiva de uma pacificação da sociedade, de uma redução dos seus conflitos internos, a um social de competição destinado a permitir a mobilização da sociedade em relação a desafios económicos definidos no plano externo. Quanto às operações que permitem esta mutação do social, elas referem-se igualmente aos objectivos que lhe são atribuídos como às maneiras de fazer como à relação que mantêm com

os valores em torno dos quais se distribuem as posições no campo político. Tratando-se de objectivos, há efectivamente, na aparência, regressão ao nível do liberalismo das origens pela insistência que é colocada cada vez mais nas causas subjectivas dos problemas sociais e não nas suas causas objectivas, económicas. Mas não se trata de pôr em causa a estabilidade procurada pelo social para voltar a uma situação antes da sua criação, mas antes uma reorientação deste na perspectiva de uma simplificação do movimento (I - Da estabilização à retoma em movimento). Tratando-se das maneiras de fazer, vê-se efectivamente que elas reenviam mais ao crescimento do papel da sociedade civil no plano local do que do Estado central... mas apenas na medida em que isso permite governar mais económica e mais eficazmente pelo local (II - O governo central através do governo local). Por último, há ruptura dos compromissos constitutivos do Estado social entre os valores de rendimento e os de distribuição, mas trata-se antes de uma decomposição do modelo do compromisso do que de um triunfo de um sobre os outros, e uma vez passada a fase de crise, vêem-se constituir novas fórmulas de acção que se baseiam na convergência destes valores e já não nos antigos compromissos passados, sob a égide de um Estado, entre valores antagónicos. Passa-se da preocupação da pacificação interna da sociedade ao da sua mobilização, da sua unificação relativa em relação a um conflito externalizado (III - A convergência dos valores).

I - Da estabilização à retoma em movimento

Quando se consideram os discursos que caracterizam o novo curso das políticas públicas relativas ao desemprego, à delinquência ou aos problemas de habitação, não se pode apenas ser-se surpreendido pela mudança de atitudes que se traduzem em relação às causas destas dificuldades. O social clássico tinha-se constituído pela identificação de causas objectivas em relação a estes problemas sociais como o desemprego, a delinquência, a questão da habitação. A consideração destas causas tinha permitido evitar que os indivíduos ficassem-se entregues a si próprios, aos efeitos do mercado, à vagabundagem, à delinquência, à acumulação em pardieiros. Ela levou a estabilizar a situação afastando a explicação subjectiva destas condutas em termos de indiferença ou imoralidade. Ora, no presente, assiste-se a um claro regresso das explicações dos problemas sociais em termos de causas subjectivas. Isto quer dizer que vivemos uma regressão que nos levaria ao estado de espírito inicial do liberalismo? Retomando o fio desta história, pode ver-se como o retomar actualmente em consideração o papel das atitudes subjectivas inscreve-se na perspectiva, não de uma redução do papel do social mas da redefinição dos seus objectivos em redor da mobilidade dos indivíduos e não mais da sua estabilização. É a estagnação que ameaça e não mais a errância, do mesmo modo no plano do emprego como no respeito da lei ou do habitat.

* *

Tudo começa certamente pela refutação das causas subjectivas dos problemas sociais, no fim do século XIX. Até então, a acção pública tinha permanecido no impasse em razão de um dilema que a fazia oscilar entre a confiança pura e simples no mercado para gerar as boas condutas, a decepção quanto à realização destes efeitos, e a tentação assim de fazer intervir o Estado para corrigir as insuficiências do mercado e, por conseguinte, o temor que sempre o levava a comprometer-se deste modo numa via perigosa que conduziria ao socialismo de Estado e consequentemente à negação do mercado.

— Tratando-se do desemprego, a saída aparecera, no fim do século XIX, com a demonstração, apoiada por estatísticas, de uma correlação entre as crises cíclicas da indústria e o crescimento periódico do número de requerentes da ajuda pública. Estas crises traduziam uma dificuldade intrínseca em adaptar a oferta e a procura na produção industrial, que reflectia esta dificuldade nos empregados procedendo regularmente a despedimentos. Isto atestava, no entender dos reformadores da época, que os empregados em questão não eram “moralmente suspeitos” mas aspiravam antes a um trabalho regular. Podia, por conseguinte, instaurar-se, em sua intenção, um sistema de indemnização sem temor de incentivar uma utilização benevolente deste financiamento. Só se faria assim para compensar as carências de emprego provocadas pelo próprio aparelho industrial. Certamente, havia uma pequena parte de pessoas desempregadas que não aspiravam do mesmo modo a um trabalho regular. Mas o desemprego deste “resíduo” — de acordo com a designação da época — era da competência da assistência e dos seus critérios morais de atribuição.

Este “resíduo” encarnava as causas subjectivas do desemprego, as quais passaram, de repente, para segundo plano na apreensão do fenómeno.

— A identificação das causas objectivas da delinquência tinha-se operado no mesmo momento, com a ajuda igualmente de estatísticas que mostravam o crescimento da recidiva e a sua associação ao aprisionamento. Com o apoio dos números, pôde assim ser provada a incapacidade do sistema penal em controlar, por si próprio, a delinquência. O mesmo acontecia, por conseguinte, quer com o sistema penal quer com o sistema mercantil. A harmonia prometida já não estava no lugar de encontro entre a concepção retributiva da pena — tal infracção, tal sanção — e o contrato comercial em matéria de emprego da força de trabalho. Era necessário por conseguinte supor a existência de outras causas para o crime em vez da imoralidade deliberada dos indivíduos, de causas objectivas e não subjectivas. Quais? As que resultam da insuficiência social dos indivíduos que a ele se dedicam, responderam os criminologistas. Esta nova espécie tinha emergido em razão deste ambiente reformador. A recidiva atesta uma propensão para os crimes que excede a subjectividade e revela a insuficiência da pena, mesmo a sua nocividade, a necessidade de a compensar por uma correcção social e uma prevenção não menos social.

— Quanto às causas objectivas da questão da habitação, aparecem também neste momento charneira do fim do século XIX, quando a carestia dos alugueres provoca uma subida do ódio social para com “os proprietários abutres” e que a acumulação resultante parece fonte

das “doenças morais” da sociedade, das quais, à cabeça, a delinquência. Mas como justificar a intervenção pública em favor do alojamento dos pobres sem estar a pôr o pé na engrenagem de um assistencialismo ilimitado? Com base em que critérios decidir ajudar uns ou os outros? Escapando à estreiteza da questão da habitação assim entendida para a inscrever num problema mais vasto: o da cidade e do seu futuro. Não são tanto os pobres que é necessário ajudar mas a cidade que é preciso proteger dos efeitos nocivos do seu crescimento muito rápido, são os malefícios desta concentração que convém conter por uma planificação racional do urbano que evitará que se tenha precisamente de ajudar os pobres ou sancionar a sua imoralidade. Porque se terá previsto um lugar para os alojar numa programação do espaço urbano. Mais vale agir ainda sobre a causa objectiva que suspeitar dos efeitos subjectivos: tal foi o raciocínio na base das cidades sociais como as famosas cidades-jardim de Henri Sellier, em França. A questão das causas subjectivas encontrou-se, de repente, reenviada para o exame dos casos particulares, pelas assistentes sociais orientadas a partir deste momento para o problema dos alugueres não pagos.

* *

O social clássico foi assim constituído em redor do objectivo da estabilização. Tratava-se de estabilizar o trabalhador compensando o facto não ganhar nos períodos de desemprego, compensar a insuficiência social do delinquente para retê-lo nas regras da sociedade, compensar o custo dos alugueres dos assalariados pobres para os estabilizar no emprego e os enquadrar socialmente. E todas as

operações assentavam, certamente, na predominância atribuída às causas objectivas destes problemas, sobre as causas que dependiam da conduta moral dos indivíduos. São no entanto estas que regressam actualmente em cada um destes domínios.

— A causa económica dos despedimentos não é, certamente, recusada e ainda menos o papel da mundialização nesta, mas torna-se a simples tela de fundo de um outro problema: aquele resultante do desejo dos desempregados de reencontrar um emprego idêntico ao que perderam, à mesma distância de casa, e sobretudo, oferecendo a mesma remuneração. É efectivamente esta imagem demasiado exigente que cada um faz de um trabalho aceitável para si que se encontra cada vez mais denunciado.

— Em criminologia, a ideia que se impôs desde o fim dos anos 90, de uma igual propensão dos indivíduos a cometer delitos, se a ocasião lhes fosse dada. Ela provocou o refluxo da velha criminologia associada a causas objectivas, conduzindo à uma refutação das práticas “desculpabilizantes” da delinquência pela idade ou pela pertença social.

— O problema da habitação parece apreendido pela mesma insistência nas causas subjectivas. Um discurso domina o conjunto dos discursos das políticas e dos promotores no domínio social assim como no domínio privado. Todos querem ser proprietários. Todos não podem, certamente, sê-lo, mas deve partir-se desta propensão “natural” e pelo menos fazer de modo que o maior número o possa ser, reconhecendo primeiro a legitimidade deste desejo e ajudando seguidamente a realizá-lo.

* *

Superar as reservas dos desempregados *quanto aos novos* empregos que põem em causa o seu estatuto anterior, ignorar as explicações do crime por uma insuficiência social julgada demasiado desculpabilizadora, orientar as condutas em matéria de habitação no sentido do acesso à propriedade: todos os sinais indicam efectivamente uma vontade de fazer prevalecer as motivações subjectivas sobre as causas objectivas no tratamento dos problemas sociais. Retorna-se do mesmo modo ao liberalismo selvagem de antes da criação do Estado-providência? Seria em primeiro lugar esquecer os traços exactos deste liberalismo. Não se retorna à época das *workhouses* onde qualquer pessoa válida que pedia uma ajuda pública devia demonstrar a sua vontade de trabalhar aceitando condições de trabalho muito duras, tanto que se suspeitava então que qualquer homem válido e não trabalhando o fazia por motivações imorais que era necessário dissuadir por estas práticas extremas. Actualmente todos os Estados europeus reinventaram certamente fórmulas de emprego destinadas ao público dos desempregados. Mas trata-se mais da preocupação de evitar o seu desânimo quando não encontram emprego que desviá-lo da tentação de nada fazer. E os constrangimentos destes empregos afectam menos o beneficiário que o fraco conteúdo do seu papel! Mas seria sobretudo ignorar o sentido desta insistência sobre as motivações subjectivas que não é mais fazê-las servir de pretexto a uma economia do social mas apoiar uma interpretação “mais económica” deste, no sentido em que Anthony Giddens pôde falar de um “Social Investment State”. Porque é evidente que é necessário fazer social,

mas vai tanto de si que o social não basta, ou antes, revela-se ao mesmo tempo excessivo e insuficiente. Aparece sempre excessivo no sentido em que, perante dificuldades novas, a tentação primeira é *sempre* jogar a carta das protecções, não somente pelo prazo que oferecem, mas porque permitem ignorar um novo campo de batalha, tanto interno como externo. Parece insuficiente, precisamente, porque não há. Como fazer por assim dizer que o social se torne um meio para agir sobre os indivíduos, de os pôr em acção, em vez de representar a solução da inacção e a retirada? Como fazer impulsionar a acção? Como “activá-la” de modo que a protecção não signifique uma fuga fora da competição mas uma ajuda a um compromisso nesta? A resposta dada pelas políticas é de uma simplicidade igual à pergunta: dado que se quer que o social sirva para melhorar a conduta dos indivíduos, é necessário concebê-lo para esse efeito. Isto quer dizer limitar os recursos do que se lhes dava simplesmente e aumentar os que lhes permitem retomar a actividade e os para aqueles que se pode esperar que adoptem as regras.

— Como agir sobre as pessoas à procura de emprego de modo que a compensação da *perda deste* não se torne preferível à entrada num mundo que desfaz a ordem relativa dos lugares que comportava a sociedade industrial? Dissuadindo, tanto quanto possível, o recurso a esta fórmula para tratar *um problema do desemprego tornado* estrutural que fora concebida apenas para compensar um desemprego conjuntural. Esta dissuasão passa certamente por toda a parte por uma redução da duração e do montante do subsídio. Por uma aproximação deste subsídio aos da assistência para que estes últimos não sancionem

uma saída definitiva do salaríato. Mas estes constrangimentos e estes estímulos combinam-se por toda a parte com os estímulos positivos que derivam do crescimento das ofertas de formação bem como com formas de majoração do rendimento para baixos salários através de fórmulas de imposto negativo ou ainda velando para que o regresso ao emprego vá de par com uma certa duração da atribuição dos recursos da assistência. Fazer preferir o emprego a todas as formas de indemnização, fazer de modo que o trabalho seja acessível e que paga, constitui as duas facetas da reciclagem do social no domínio do emprego.

— A prevenção da delinquência oferece um arsenal similar de técnicas de dissuasão negativas e positivas. Negativas, através de uma concepção do espaço urbano e o desdobramento de técnicas de vigilância que mostram a dificuldade de todas as atitudes predadoras, a fraqueza do ganho ocultado, o risco elevado de se ser identificado. Esta forma de dissuasão negativa chama-se “prevenção situacional”. As formas positivas de dissuasão põem em relevo o benefício que cada um pode encontrar em comportar-se bem, os incentivos prodigalizados pela sociedade aos indivíduos mais propensos a retomar por sua conta as normas sociais; neste sentido a prevenção social não apresenta mais o mesmo rosto que as empresas de correcção ressocializadora, que estimulam mais do que preenchem um défice moral e social. Em França, o programa “Cidade, Vida, Férias” constitui a ilustração emblemática desta nova prevenção social que oferece aos jovens das cidades a oportunidade de preparar durante um ano a viagem que desejariam fazer durante os feriados escolares, em

vez de permanecer no lugar e divertirem-se na proporção do abandono que sentem. Não se reabilita mais, satisfaz-se em orientar as condutas por um jogo de gratificação associado ao respeito de uma regra.

— A retoma em movimento desenvolve-se igualmente no domínio da habitação social. Esta tinha sido concebido para fixar os seus beneficiários, estabilizá-los no alojamento assim como no emprego. Actualmente, a preocupação seria antes o oposto: fazer mover as pessoas de modo que não continuem a ser cativos da protecção que o alojamento social procura em detrimento do acesso ao emprego que requer uma disposição para a mobilidade residencial. Isto justifica-se, para os portadores das novas políticas, instaurando constrangimentos para forçar à mobilidade no parque social, como em França, onde as últimas medidas visam liberalizar o acesso à habitação social aos que mais necessitam, prejudicando as categorias mais abastadas que aí continuam a residir ou, na Alemanha, a adopção de fórmulas que limitam a função de duração social de um alojamento a uma quinzena de anos. Na rubrica dos estímulos positivos, podem colocar-se todas as fórmulas de simplificação do acesso à propriedade, deixando de conferir a esta propriedade o estatuto de habitação social em razão das ajudas numerosas que recebem os candidatos pobres. O acesso à propriedade motivaria os seus beneficiários a fazer esforços em matéria de formação e mudança de emprego aos quais resistiriam os beneficiários da habitação social clássica e, por conseguinte, permite partir não perdendo o que tinha adquirido, visto que a revenda assegura uma base para retomar o processo noutra lugar.

* *

II - O governo central através do governo local

Um segundo argumento da tese da regressão refere-se à transferência parcial das tarefas sociais do Estado para a sociedade civil, via escala local. Esta é valorizada através da sua faculdade em mobilizar as forças sociais enquanto o Estado se contentaria com uma postura de animador, de supervisor ou de facilitador. Estas denominações serviriam de disfarces para uma renúncia do Estado às suas funções sociais. Propor-se-á antes ver nesta mobilização da sociedade civil uma maneira de adaptar as formas da acção aos novos objectivos sociais, os que giram em redor da retoma em movimento e não mais da estabilização. As modalidades da acção seguem esta deslocação quebrando com o funcionamento automático das burocracias centrais. Porque é que esta mobilização é procurada tanto à escala local? Porque não se trata mais de compensar as causas económicas — apreciáveis apenas à escala nacional como as crises cíclicas — que ameaçam a estabilidade de cada um no seu emprego, a sua moralidade, a sua habitação. Trata-se também e sobretudo da necessidade de lutar contra as causas sociológicas que inibem esta mobilidade e que variam sensivelmente de acordo com as localidades. Será necessário ver nesta insistência sobre o papel do local uma diminuição da ambição dos governos? Encontramos sobretudo uma instrumentação da escala local por estes governos, o aparecimento de uma nova arte de governar pelo local.

* *

As causas objectivas dos problemas sociais, não somente permutaram em relação às causas subjectivas, passando estas últimas para o primeiro plano, como também alteraram de natureza. Já não são tanto económicas como sociológicas, porque designam precisamente o que se opõe ao estímulo económico, a este jogo de estimulação das condutas por uma panóplia de incentivos tanto positivos como negativos. Que se pode colocar como obstáculo à eficácia destes estímulos no domínio do emprego? A pertença a certas categorias como os deficientes ou os jovens dos 18 aos 25 anos, sobretudo os sem formação específica e mais ainda se pertencem a minorias étnicas. São também estes jovens e estes membros das minorias que encontramos nos grupos ditos “de risco” em matéria de delinquência. Sim, certamente, somos todos criminosos em potência, mas alguns são-no mais que outros. Os que se mostram precisamente insensíveis aos riscos que tomam porque vivem sob a influência da dependência do álcool ou das drogas. São igualmente os jovens, mais dependentes dos seus desejos ou os imigrantes, menos receptivos à mensagem preventiva devido à sua integração noutra cultura. Há, com estes grupos, não mais a criminologia de si, que é da competência moralizadora de cada um por todos, mas a criminologia do outro, de acordo com a distinção estabelecida por David Garland para designar o que não é acessível às formas convencionadas de regulação moral. As zonas urbanas desfavorecidas concentram populações que sofrem de discriminação na contratação ou que apresentam tais riscos em matéria de criminalidade. Acrescenta-se um efeito específico que tem a reputação destes lugares, os prejuízos negativos que atingem os seus habitantes aquando da procura de emprego ou de um alojamento e que

inibem a sua capacidade de sair. Da mesma maneira que, pelo contrário, a sua adaptação ao lugar, e a este apenas, produz um efeito gueto que retém os habitantes tanto quanto as barreiras invisíveis os separam da sociedade e os impedem de sair.

Este afastamento da análise das causas objectivas dos problemas sociais, do registo económico para o registo sociológico, tem como primeira consequência deslocar a estratégia das políticas sociais, reorientá-la na perspectiva “de uma cidadania urbana” para a distinguir da precedente que correspondia explicitamente ao objectivo de uma cidadania social. Quando se considerava que a sobreposição do desemprego, da delinquência ou do alojamento deficiente, sobretudo se devia à pobreza, atribuía-se como principal objectivo a estas políticas a redução das desigualdades sociais. Esta redução deveria elevar o nível de rendimento dos mais fracos mas também o da sua moralidade e o da sua sociabilidade. O progresso económico deveria provocar o progresso social e fazer desaparecer os problemas associados à pobreza. Este reequilíbrio das relações entre as classes devia provocar o desenvolvimento de uma cidadania social anunciada por Talcott Marshall num famoso artigo de 1949. Mas a partir do momento que se atribui aos problemas sociais causas mais sociológicas que económicas, desloca-se o cursor que designa o alvo da acção. Passa-se da preocupação em reduzir as desigualdades sociais para a de lutar pelo aumento da igualdade de oportunidades entre os indivíduos. Certamente, orienta-se ainda as desigualdades sociais, mas apenas quando parecem claramente prejudiciais a esta igualdade de oportunidades. Luta-se contra a pobreza muito mais do que se

pretende “reduzir as desigualdades”. Por exemplo, foi argumentando sobre os riscos acrescidos do malogro escolar das crianças de famílias pobres que o New Labour justificou beneficiá-las com um rendimento adicional sob a forma de imposto negativo. O mesmo raciocínio reencontra-se por toda a parte na Europa. As políticas sociais vêm-se reorientadas *nesta perspectiva do aumento das possibilidades entre os indivíduos que permite* melhor justificá-las, porque é sob este ângulo que se determina a coesão social tão procurada: não se pode dizer a alguém que coopere na melhoria da competitividade da sociedade na qual vive se pertence a uma categoria ou um tipo cujos membros dispõem manifestamente de menos oportunidades de sucesso que os outros, se não se demonstra os esforços feitos para as melhorar. A igualdade de oportunidades mede-se no espaço, na cidade, em termos de acesso mais ou menos fácil aos serviços, nos empregos, nos lugares de lazeres. O sentimento de exclusão encontra-se directamente associado a esta desigualdade de oportunidades, à sua injustiça antes que ao desaparecimento de um estatuto mais ou menos protector. Certamente, há um problema que aí se faz sentir. Mas aparece como um problema “de privilegiados”, ao qual pode opor-se o dos jovens das cidades que têm apenas poucas oportunidades de adquirir um ofício digno deste nome. A defesa dos regimes especiais de reforma, em França, imediatamente depois dos motins urbanos de 2005, efectivamente ilustra esta substituição da maneira de pensar os problemas sociais. Reduzir o impacte das greves pelos regimes especiais podia passar por legítima e viu-se Nicolas Sarkozy a elogiar, enquanto as imagens dos motins dos subúrbios franceses deram a volta do mundo. Evitar que não reapareçam supõe demonstrar ter-se

em conta a desigualdade das oportunidades que constitui a mensagem e de reorientar as políticas sociais em redor da cidadania urbana, entendida como a igualdade relativa de oportunidades numa cidade qualquer que seja a parte de esta onde se vive.

A transferência para o nível local da organização das políticas públicas constitui o principal vector desta cidadania urbana. Quando se tratava de reduzir as desigualdades entre as classes sociais, o nível central impunha-se, porque as arbitragens necessárias entre os parceiros sociais podiam apenas ser efectuadas a este nível, onde se poderia melhor apreciar o estado da relação entre o económico e o social e velar, por conseguinte, para que o progresso social *avança-se* sem estar a prejudicar o rendimento económico e sem estar a agravar a capacidade de investimento a nível nacional. Só as categorias profissionais eram tidas em conta e não o local. Este nível central de apreciação não desapareceu certamente mas perde em importância em proveito do local, dado que este permite melhor ter em conta a singularidades do território e integrar as causas sociológicas que limitam a eficácia das políticas. É em função desta preocupação que se assiste, em toda a Europa, à uma multiplicação das fórmulas de parceria sob a égide dos eleitos locais, reunindo e colocando face a face os serviços e as forças que representam a sociedade civil, particularmente nos domínios do emprego, da segurança ou o habitat.

Nos três domínios que consideramos, assiste-se a uma mesma tendência para localizar a política de acordo com três métodos, desigualmente avançados de acordo com os países, mas presentes por toda a parte. Trata-se do agrupamento dos serviços em causa,

considerá-los em relação metódica com as associações locais de habitantes ou com as associações de empregadores, e da importância crescente dos eleitos locais na determinação destas políticas. Seja o que os ingleses chamaram *New Localism*, maneira efectivamente de distinguir este novo papel do local, implicado nas políticas públicas, trabalhando em colaboração com os serviços e as associações, daquele que tinha dominado até então, e que deixava cada autoridade local trabalhar à sua maneira, geralmente de forma inconsistente, arbitrária nas suas escolhas, e motivada pelo clientelismo. Os ingleses são de resto campeões em matéria de agrupamento dos serviços no plano do emprego pelo menos, com os seus *Jobcenter Plus* que agrupam as indemnizações e acompanham todas as pessoas em idade activa, que são da competência dos serviços de desemprego ou da assistência. Eles são-no menos no que diz respeito à responsabilidade dos eleitos, tanto quanto estes foram postos à distância por Margaret Thatcher, devido às posições trabalhistas que estes continuaram defender. Em contrapartida, na Escandinávia, na Holanda e na Bélgica, os eleitos locais jogam um papel muito importante, os meios financeiros destas políticas estão às vezes integrados ao seu orçamento. Enquanto na Alemanha, a escolha é-lhes oferecida de modo que podem optar pelas funções clássicas de assistência ou de investir neste novo domínio. A segurança encontra-se, por seu lado, por toda a parte colocada sob a égide dos eleitos locais que estabelecem um diagnóstico, as prioridades e contratam com o *Estado central* sobre esta base. A nova política de prevenção acabou de se instalar em toda a Europa no fim dos anos 90. A novidade disto é que os presidentes da câmara municipal ocupam uma função de coordenação entre os serviços de

polícias e os serviços sociais, educativos ou de transporte, e isto em forte relação com os habitantes. Quanto ao habitat social, a sua gestão faz-se de maneira cada vez mais autónoma em relação ao Estado, os serviços é que têm a responsabilidade de se aproximar dos municípios para decidir das orientações a tomar, quer seja em matéria de povoamento ou de renovação dos bairros ditos sensíveis.

Será que esta ascensão do regime do local provoca uma baixa do poder governamental? Permite-lhe antes “remar menos para melhor pilotar”, de acordo com a expressão de Adam Crawford. Dispondo de actores locais que, para além das suas tarefas clássicas, aceitam encarregar-se da tarefa de animação local da maior parte das políticas públicas, o Estado encontra-se aliviado e pode aligeirar a burocracia central, economizar os encargos com o poder que estava associada a uma gestão uniforme dos objectivos nacionais em toda a extensão do território nacional. Este alívio, obtém-no, certamente, em razão da autonomia que atribui tanto aos serviços locais como aos eleitos para a condução destas políticas. Não há tanto uma lógica de subsidiariedade mas antes a optimização de uma estratégia central. O poder quer menos gerir para melhor governar. Por que meios? O governo dispõe de vários métodos para exercer uma influência sobre as políticas locais sem estar a contradizer a autonomia atribuída mas condicionando-a. A participação dos habitantes vem em primeiro neste exercício. Fictício ou efectivo, incumbe aos eleitos fazer a demonstração, porque constitui a principal justificação desta ascensão do regime do local. Se se quer que a política seja decidida a este nível, é mesmo para que ela corresponda ao máximo às expectativas dos

habitantes e permita fazer surgir um sentimento de injustiça que ela mesma pode provocar. Se a insatisfação aparecer deste lado, se os motins estoírem isto provará não tanto a falta do governo mas a má vontade dos eleitos locais e dos serviços colocados sob a sua égide de não os terem tido em conta. A cidadania urbana implica dispor face a face prestadores e destinatários dos serviços a fim de efectivamente atribuir os primeiros aos segundos, ao contrário da cidadania social que visa efectivamente a igualdade mas como um resultado distante da acção, não como o seu meio. Como ser certo que esta participação não conduz a uma manipulação, num sentido como no outro? Apoiando-se em números, uma medida tão fina quanto possível, tão localizada que desejável, do estado dos problemas, com o fabrico de índices que permitem comparar numa cidade a situação dos bairros uns em relação a outros, uma cidade em relação a outra, definir, por conseguinte, objectivos apoiando-se nestas constatações, justificar os meios pedidos em relação a estes mesmos e de retirar ou aumentar os meios atribuídos em função dos resultados. Isto é o que alguns chamam “governar pelos instrumentos”. A Grã-Bretanha figura, ainda, à frente no fabrico destes e o movimento parece bem instalado em toda a Europa. Como estar certo, por último, que os objectivos fixados a nível local, vão tornar-se a este ponto díspares e que é a ideia mesmo de política pública a perder qualquer credibilidade? Fixando objectivos centrais por relação aos quais os objectivos locais deverão definir-se, mostrar que os visam tendo em conta a especificidade de cada território, inscrevem-se na sua perspectiva. A mobilização da sociedade não é um slogan vazio de sentidos, antes um activismo febril.

III – A convergência dos valores

O governo através do poder local quer desenvolver a coesão social a nível das colectividades a fim de melhorar a competitividade. Como é possível não entender nesta retórica, que lhe é bem conveniente, o reconhecimento discreto de uma submissão dos valores sociais de esquerda aos valores da direita, neste caso ao imperativo da competitividade? Tal é, pelo menos, a tese da regressão que denuncia a perda, nesta questão, do equilíbrio instalado entre os valores dos dois campos, através dos compromissos que exactamente tinham caracterizado a época gloriosa do Estado Providência. Teríamos assistido desde então a um recuo dos valores de esquerda somente para benefício do liberalismo. Que a questão da competitividade no plano internacional se tornou primordial parece hoje evidentemente incontestável. Mas será que isso significa então o apagamento dos valores de esquerda em proveito dos valores de direita? Se se considera as linhas de transformação que afectam os três domínios considerados e os valores que lhes são associados, observa-se sobretudo que se está a colocar progressivamente em marcha um conjunto de dispositivos construídos com base na convergência destes valores.

* *

A política de activação social do emprego fornece a ilustração, e a mais simples, desta passagem do modelo do compromisso ao modelo de convergência. Constituído para pacificar o confronto que opõe

assalariados e empregadores, o compromisso estabelecido progressivamente pelo Estado no final do século XIX até depois da segunda guerra mundial significava ligar os valores de cada um destes dois campos propondo-se um acordo benéfico para cada um deles enquanto respeitassem as regras do jogo. Esta regra implicava o crescimento da protecção dos trabalhadores em situação de desemprego aquando das crises conjunturais em contrapartida da sua docilidade para com as exigências da rentabilidade industrial. A força deste compromisso reenvia às análises keynesianas que mostram como, à escala nacional precisamente, é possível estabelecer um círculo virtuoso entre o crescimento das despesas sociais e o aumento da produção.

A decomposição relativa deste modelo de compromisso devida ao efeito da mundialização vai efectivamente deixar face a face cada uma destas componentes, apoiados nos seus valores respectivamente compreendidos e preocupados em fazer prevalecê-los. Isto provoca, na França por exemplo, a confrontação entre os defensores, à esquerda, de um rendimento mínimo incondicional e os outros, os que, à direita, não querem nenhum subsídio sem contrapartida. Um direito não pode ser sujeito de contrapartida, afirmam os primeiros. Mesmo a fórmula do contrato implicando que o beneficiário deste rendimento passe a procurar activamente um emprego parecerá durante muito tempo suspeita aos defensores dos puros valores da redistribuição. Este contrato não será ele, questionam eles, uma forma ressurgente do famoso contrato leonino que submete o assalariado ao empregador e que tanto foi denunciado por Marx? Na medida em que o referido

contrato se estabelecia entre um indivíduo obrigado a tudo fazer para encontrar um emprego e um poder público incapaz de lhe fornecer um, todas as suspeitas pareciam permitidas...

A convergência dos valores aparece exactamente vinte anos depois da abertura deste debate opondo os partidários da redistribuição e os inimigos da dependência para com a ajuda social. Esta convergência exprime-se pela fórmula do Rendimento de Solidariedade Activa, que combina precisamente os valores da redistribuição e as do emprego, dado que permite aumentar a remuneração deste com a manutenção dos benefícios daquela. Tudo isto a fim de eliminar as resistências dos beneficiários do rendimento mínimo em se empenharem num emprego que lhes não traria mais rendimentos. “De direita e de esquerda”, é como esta medida parecia como bem o afirma o seu principal promotor, Martin Hirsch, colocando-a assim como título um artigo sobre o RSA no jornal *Dimanche*, de 31 de Agosto.

* *

Em matéria de delinquência, o modelo do compromisso recebeu precisamente a denominação de *penal welfarism* por David Garland, uma maneira efectivamente de sublinhar o apoio mútuo que se obtinha com os valores da sanção apoiados pela direita com os valores de correcção educativa promovidos pela esquerda, através da arbitragem que o Estado estabelecia entre uns e outros. A operação supunha certamente que o Estado vele pela satisfação das necessidades de sanções que emana da sociedade sem estar a ceder ao espírito de retaliação e castigo a fim de deixar o campo livre ao objectivo da ressocialização. Só a posição do Estado um pouco afastado em relação

à sociedade permitia a justaposição de profissões tão diferentes nos seus valores portadores como o Procurador e o guarda da prisão de um lado, o perito e o educador do outro. Esta arbitragem entre os valores penais e os valores educativos não impedia a distribuição das convicções de acordo com estas profissões, nem o seu antagonismo relativo. Mas utilizava-as para que a combinação das tarefas satisfizesse as expectativas contrárias das tendências políticas na sociedade.

Este *penal welfarism* começou a decompor-se no início dos anos 70. Sob o efeito de um crescimento sustentado do espírito e do desejo de segurança? Assiste-se de facto, à direita, a um regresso ao penalismo das origens, ou seja à concepção meramente retributiva da pena sob o slogan “da justa pena”. Seria necessário voltar a uma pura definição desta relativamente ao delito e não ao delincente e à sua insuficiência social, porque a vocação educativa da sanção baralha a mensagem que envia o tribunal ao delincente potencial. Margaret Thatcher fez sua esta doutrina no início dos anos 80, mas o seu governo teve que se aperceber rapidamente que não era suficiente punir, nem mesmo de punir mais, para responder ao sentimento de insegurança. Prevenir a passagem para a acção parecia de longe preferível. A prevenção que melhor convinha a esta linha de direita foi a que colocava a tónica sobre a segurança dos lugares através todas as técnicas de conformação destas para que permitissem uma melhor vigilância. Seja isto o que se chama na França, prevenção situacional. Mas observa-se também, à esquerda, uma linha de decomposição do *penal welfarism* que parte da denúncia do carácter paternalista, deste social apoiado

sobre o sistema penal, da sua função de controlo dos pobres e das minorias étnicas. Muito forte nos EUA e na Grã-Bretanha, esta linha reencontra-se igualmente na França através do Grupo de Informação das Prisões (GIP) que criticava o arbitrário em que viviam os prisioneiros a coberto da solicitude educativa. Foucault fornecerá com “supervisionar e punir” o livro de referência desta corrente crítica de esquerda, e o número da revista *Esprit* de 1972, intitulado “Porquê o trabalho social?” teve para os profissionais o valor de denúncia de um trabalho educativo que seria apenas a sombra assumida do sistema penal sobre a sociedade dos pobres, o meio do seu controlo social. Mas ainda aqui, para propor que soluções como resposta ao sentimento de insegurança? No prolongamento desta linha, vê-se bem como a esquerda inventou a prevenção social local, ou seja, também não uma prevenção especializada mas uma organização de parceria com os prestadores sociais de todos os tipos com a polícia e a justiça, sob a égide dos eleitos a fim de reduzir o papel dos espaços intersticiais entre estas atribuições, a ignorância por cada um dos que escapavam tanto ao seu controlo como à sua solicitude.

Prevenção social *versus* prevenção situacional? O debate durou até meados dos anos 90, quando a ineficácia relativa de cada uma destas linhas tomada pareceu, em separado, demasiado flagrante para justificar a manutenção da sua separação. Ainda aqui, observa-se uma convergência dos valores de esquerda e de direita mais por adição de uns e de outros e não por imposição de um relativamente a outro, independentemente dos gritos de alarme, exagerados, dado por aqueles que de facto fazem a única prevenção social existente. Porque,

porque recusar a sua associação se esta permite melhorar os resultados de cada uma? Para que serve uma vigilância acrescida dos espaços comuns se não se tem nenhuma actividade positiva a propor aos membros de “grupos de risco” que aparecem geralmente no seu campo de visão? Porque incitar as instituições a colaborar se, ao mesmo tempo, o território urbano fornece “espaços cúmplices” à actividade criminosa? Na Grã-Bretanha, é em 1998 que a prevenção social se vem acrescentar à super-abundante prevenção situacional. Na França, é a inversa que se passa quando se introduz a palavra segurança ao lado da palavra prevenção nos Comités locais em questão (CLSPD). Mas toda a Europa do norte já tinha operado esta junção, e a do Sul seguir-se-á nos anos 2000.

* *

O modelo da cidade social, obedecia, ele também, à lógica do compromisso. Na cidade, esta lógica sujeita à lei do mercado dava o contrapeso da cidade concebida em função do social. Mas ao mesmo tempo permitia o desenvolvimento económico das cidades. Os valores de esquerda, os da redistribuição e de aproximação das condições através da uniformidade da habitação social destinada a todas as categorias de assalariados, encontravam-se assim contrabalançados pelos valores de direita, a de ordem e do enquadramento dos mais fracos socialmente pelos mais fortes através da *mix* social concebida, à partida, com essa finalidade.

A decomposição deste modelo da cidade social é analisada geralmente como o fruto da vontade, à direita, de repor em questão o alojamento social, de romper em todo caso com a ideia de um alojamento de

qualidade para todos os assalariados. Mas, aí ainda, esta leitura ignora a pluralidade das linhas de transformação que funcionaram a favor do questionamento do modelo. Há efectivamente esta linha que vê, à direita, o falhanço da cidade social através da degradação dos lugares, e esta como a consequência do esquecimento do interesse individual, o interesse que está ligado à propriedade privada. E os defensores desta linha vão trabalhar para restabelecer este interesse através de estratégias de venda dos alojamentos sociais aos seus locatários ou da transmissão da sua gestão a organismos privados. É a linha adoptada por Margaret Thatcher no início dos anos 80 ou por Helmut Kohl no fim deste mesmo período. Pode-se chamá-la de via da responsabilização. Mas há outra via, igualmente de esquerda, que precede, não tanto a crítica dos princípios fundadores da cidade social, mas da análise dos seus efeitos para os que aí vivem, da verificação que estes se encontram definidos pela partida dos outros, pela sua incapacidade em deixar estes lugares, pela privação deste poder e de muitos outros. Esta via preconiza por conseguinte a elevação da capacidade de poder dos habitantes. Esta via valoriza o reforço desta capacidade, não pelo apoio sobre o interesse individual mas sobre o espírito colectivo de iniciativa, procurando planos de aplicação como a reabilitação dos alojamentos ou um melhor funcionamento dos serviços. Pode-se chamá-la de via do *empowerment*, *reforçar o poder organizativo de base, o poder organizativo das populações*. Caracteriza a maior parte das políticas na Europa do Norte e na França caracteriza programas como “Habitat e Vida Social” ou “Desenvolvimento Social dos Bairros”.

Vê-se operar-se sobre este assunto também uma convergência das duas vias procedentes com a decomposição do modelo da cidade social e, ao mesmo tempo, ou seja durante os anos 90. Com a razão sempre, das limitações encontradas por uma e por outra separadamente, como o reconhecimento progressivo da sua complementaridade. A via da responsabilização, com o acesso à propriedade como horizonte para moralizar os comportamentos, encontra os limites inerentes de efeito gueto que torna os habitantes insensíveis aos convites que lhes são prodigalizados em matéria de promoção individual. Da mesma maneira que a via de *empowerment* se termina sobre as barreiras invisíveis que bloqueiam a saída para fora destes bairros. Reforçar o poder dos habitantes poderia então não ser apenas uma maneira de o convidar a apropriar-se no seu bairro... para aí continuar. Para ir mais longe, é necessário, de acordo com a via da responsabilização, quebrar o gueto por uma renovação urbana que destrua uma parte suficiente dos edifícios que o simbolizam e construir habitações destinadas à propriedade ou alojamentos intermédios. Para lutar contra as barreiras invisíveis como o querem fazer os partidários da via *empowerment*, é necessário levar a efeito fórmulas de discriminação positiva. Mas quebrar o gueto para introduzir novos residentes de nível social mais elevado e permitir aos habitantes de poderem sair para aceder a melhores formações e empregos, não será que se trata aqui de duas políticas que ganham em estar associadas, dois sistemas de valor que se completam melhor, separadamente? Sobre o reconhecimento da convergência entre estas duas orientações, todas as políticas estão de acordo na Europa, ainda

que a dosagem entre as duas varie, é certo, muito sensivelmente de um país a outro.

* *

Queria-se mostrar a possibilidade de uma leitura da evolução recente social noutros termos que não fossem somente os de uma regressão sob a influência da doutrina neoliberal. Para os defensores desta tese, a renovação actual do liberalismo não poderia significar senão um regresso mais ou menos disfarçado a uma situação anterior à constituição do social dado que este se tinha imposto denunciando os limites deste pensamento. Mas o neoliberalismo não é o liberalismo. Ao contrário deste, valoriza o papel do Estado na produção da concorrência entre as tendências espontâneas da sociedade levadas a restringir os efeitos. Por esta mesma razão, encontra-se conduzido a lutar contra todas as formas de exclusão fora deste campo da concorrência a fim de fazer com que esta se aproveite de todas as forças, de todas as competências. Toda a exclusão empobrece a eficácia do sistema concorrencial. E é esta efectivamente a razão pela qual se pode ver a temática da exclusão servir de ponto de apoio para a reorientação das políticas de luta contra o desemprego, na prevenção da delinquência e na política de alojamento. Não que o social não tenha, até então, lutado contra a exclusão. Mas este fazia-o através da estabilização dos lugares, da tutela moral sobre os indivíduos em falta, na atribuição de alojamentos sociais sem limitação de duração. Tantos processos que aparecem agora perniciosos aos reformadores destas políticas, susceptíveis de manter a exclusão em relação à sociedade de concorrência em vez de a fazer regredir. A reciclagem do social foi

concebida contra estes perigos. Em vez dos seus meios continuarem a ser unicamente destinados a subtrair os indivíduos às durezas excessivas do mercado, vai-se utilizá-los para aí os fazer regressar progressivamente, através de um jogo de estímulos positivos e negativos susceptíveis de eliminar a tentação da regressão sobre as armadilhas do social.

Chegados aqui, não podemos deixar de nos interrogar sobre a estranheza deste social que toma para alvo exactamente o social. Aí está bem um fenómeno que explicaria bem o sucesso da tese da regressão! A própria escolha que fizemos da expressão “social de competição” para designar o seu novo rosto — um oximoro, poder-se-á dizer — visa provocar esta reflexão. Há aqui, de facto, uma ruptura com o social que conhecemos, o da barragem contra as exigências da economia, transportada pelo relato épico dos conflitos sociais e das conquistas colectivas. Não se trata tanto de haver um princípio de transacção entre a lógica do lucro de alguns e a da satisfação das necessidades de todos, como de haver um mecanismo de adaptação de cada um a esta lógica económica. Tudo isto se vê cada vez mais através da maneira que têm as políticas sociais de recorrer às estruturas privadas, com fim lucrativo ou não, para a colocação dos desempregados, para a oferta de tratamento às pessoas dos grupos de risco como as pessoas que sofrem de adição, para o acesso à propriedade com os seus gestores de alojamentos sociais que se comportam como agentes imobiliários. As parcerias públicas/privadas são utilizadas para melhorar a gestão do social, mas também para difundir junto do público deste a mensagem da concorrência, a

inclusão social que passa necessariamente pela adesão às regras desta. Mas tudo isto vale a invalidação do social enquanto tal? O social definindo-se como o colocar em acção a capacidade dos indivíduos em relação a um sistema concorrencial não será mais o social? Para responder a esta pergunta, é necessário voltar sobre a questão social da compensação das desigualdades na troca mercantil e interrogar-se se a finalidade objectiva desta não consiste, ela também, em adaptar as pessoas à economia no momento em que as dificuldades desta se situavam em torno, essencialmente, dos conflitos suscitados pela troca mercantil da força de trabalho. Em que é que uma política que adapta as pessoas à concorrência, pondo-as em capacidade, em condições, face a esta, seria ela menos social que uma outra que as adaptasse à troca da sua força de trabalho pensando os efeitos das desigualdades inerentes a esta troca?

Do social de compensação ao social de competição, produz-se mesmo assim e do mesmo modo uma mudança de grande importância. Tanto quanto o primeiro se dispunha face a face com o económico, apelando à arbitragem do Estado quanto às suas prioridades respectivas de acordo com a conjuntura, tanto o segundo se confunde com o próprio económico. Não compensa a troca desigual, concorre contra a concorrência, poder-se-ia dizer. Como se pode então pensar a questão da justiça quando o social e o económico tendem a interpenetrar-se a este ponto? Dir-se-á: deslocando-se as duas extremidades deste sistema económico cada vez mais unificado. Vê-se efectivamente que as questões políticas interpelam cada vez mais a concorrência sob o ângulo da justiça que preside ou não ao desenvolvimento daquela, a

levar à letra mas para a colocar em questão nas suas modalidades. Vê-se igualmente a interpelação da concorrência a desenvolver-se quanto aos seus resultados, sobre o seu impacto na sociedade e sobre o seu quadro. O que é que produz a concorrência, a competição, como sociedade? Ter sucesso em ligar metodicamente estas questões constitui talvez o centro do problema da esquerda na França [e algures].

Jacques Donzelot, “Le social de compétition”, *Esprit*, Novembro de 2008.

2. Cidade a três velocidades

Jacques Donzelot

“A cidade não faz mais sociedade”, escrevi num artigo precedente¹. A fórmula pareceu a alguns mais como um sinal de agressividade que algo propriamente sério. Quando é que a cidade precisamente terá feito sociedade? Durante a era industrial? Ressoava então ao conflito de classes, à sua confrontação no local de trabalho, enquanto a sua separação nos locais de habitação podia apenas acrescentar alguma irritação por se sentir à distância das confrontações nas fábricas e isto arruinava todo e qualquer sentimento de pertença a um mesmo colectivo. Durante o Antigo Regime? Sem dúvida, as cidades ofereciam então o espectáculo de uma grande variedade de condições através da mistura dos hábitos próprios a cada categoria social. A importância dos vestuários e dos modos, a sua diversidade ostentatória, evitava qualquer confusão quanto à qualidade respectiva das pessoas que se misturavam na cidade². Ainda aqui seria necessário ver que esta variedade e esta mistura das condições na cidade do Antigo Regime se ordenavam completamente em redor da parte mais rica e mais cara da população urbana. Todas as outras categorias estavam lá apenas com a função de servirem directamente a classe dos

¹ Ver Jacques Donzelot, “La nouvelle question urbaine”, *Esprit*, Novembro de 1999.

² É talvez certo, de resto, que no momento em que as aparências de vestuário perderam esta capacidade de designar a condição de um indivíduo, que a distância espacial assumiu na cidade a função de meio de retransmissão para sublinhar as distâncias sociais.

ricos — os empregados — ou ainda indirectamente — através de todos os fornecedores de bens. Havia efectivamente uma categoria social que escapava a esta função: a dos mendigos que vagueavam pela cidade, atraídos pela sua riqueza mas incapazes de encontrar um emprego tendo em conta o regime existente das corporações que limitava o direito ao trabalho aos seus próprios membros. A presença destes mendigos torna-se obsessiva no fim do século XVIII e aparece, para muitos, como importante no crescimento de um discurso que faz da cidade o lugar da corrupção e do artifício por oposição a uma campanha erigida a favor da pureza natural e dos bons costumes. Na presente fase, a cidade aparece por conseguinte mais como um princípio de desagregação da sociedade do que como a sua matriz. Será necessário recuar mais ainda no tempo e debruçarmo-nos sobre a cidade medieval para encontrar uma forma de cidade “que faz sociedade”? Na presente fase da história, a cidade forma certamente uma sociedade de pessoas unidas pelas mesmas características, as características de uma igual libertação em relação às servidões feudais que organizam a vida nos campos, procurando igualmente um abrigo por detrás das protecções que cercam então as cidades e protegem os seus habitantes. A cidade constitui uma sociedade à parte, gozando de um regime de excepção. Assim, o único momento em que se poderia dizer da cidade que fazia sociedade seria o momento em que aquela se encontrava mais na margem, instalada numa espécie de extraterritorialidade relativamente à parte mais importante da sociedade!

A esta leitura sobre o passado da relação entre cidade e sociedade, pode-se contudo opor uma outra leitura, tomando desta vez precisamente a cidade medieval como ponto de partida e mostrando como esta vai agregar progressivamente toda a população dos campos e procurar assim dar-lhe por ela própria a sua unidade. Esta atracção explica-se pela vantagem que beneficia a cidade face ao campo. “O ar da cidade torna livre”, dizia Hegel, porque respirá-lo equivalia a uma libertação. Este ar tornava igualmente rico porque a possibilidade de viver protegido por espessas muralhas que protegiam os seus habitantes das ameaças externas, estabelecia entre estas relações de relativa confiança e permitia assim uma acumulação da riqueza. É esta riqueza precisamente que vai atrair os pobres dos campos próximos e longínquos e fazer da cidade também não mais um território à parte mas o espaço principal da vida social, o espaço para o qual convergem tanto a riqueza como a pobreza, por conseguinte, tanto os problemas como os conflitos que esta proximidade não pode deixar de gerar. E isto porque, para os cidadãos, burgueses, a irrupção da população pobre faz com que a cidade se torne um espaço propício ao crime, enquanto para esta população pobre, a cidade vai constituir um teatro onde poderá falar da injustiça do destino a que é sujeita. A história da cidade torna-se então a história da sociedade que se faz à medida que se encontra resposta para esta insegurança indissociavelmente civil e social que atinge o seu expoente no século XIX. Face a esta dupla insegurança, as respostas vão aparecer entre o fim do século XIX e meados do século XX. Como evitar que a cidade se torne uma gigantesca cena do crime? Através de um tratamento dos locais da cidade que, de acordo com as receitas de um urbanismo higienista e

moral, significa deportar os pobres para a periferia em cidades de habitat social propícias ao trabalho e pouco favoráveis ao crime. Como evitar que as classes laboriosas deixem de chegar à cidade para fazer ouvir o som da sua cólera face à injustiça da sua condição comparada com a riqueza burguesa que se torna cada vez mais visível? Tratando agora as pessoas, remediando, pela protecção social às dificuldades em que vivem e de que sofrem quando não podem trabalhar devido a um acidente, a uma doença, ao avançar da idade ou ao desemprego. Como evitar por último que este colocar à distância as classes pobres em relação às classes abastadas não reacenda nos espíritos a cólera que ela apagava nos corações? Estabelecendo uma continuidade possível entre as diversas condições sociais, fazendo de modo com que a melhoria da condição de vida dos mais pobres graças ao trabalho, à poupança, ao mérito escolar, seja acompanhada de uma mobilidade espacial e que entre os dois pólos da sociedade urbana, o ascensor social se traduza numa densificação do habitat para as camadas médias. Assim a cidade moderna, a cidade da industrialização tem êxito “a fazer sociedade” pelo traçado funcional do seu espaço, pela aposta na distância das classes antagónicas e pelos ponteados do sonho da promoção social individual. Houve mesmo um momento, entre o final dos anos 50 e o início dos anos 70, em que a partida parecia estar ganha; pôde-se, em França particularmente, conceber e concretizar uma forma de urbanismo próprio, de modo a reunir todas as classes num espaço urbano unificador porque também homogéneo. “Os grandes conjuntos” e “as cidades novas” foram a materialização principal desta confiança na capacidade da cidade em fazer uma sociedade unida.

Neste movimento de “marcha para a frente” que nos mostra a sociedade a fazer-se na cidade com um domínio e com um conhecimento cada vez maior das proximidades funcionais, das distâncias sociais e das mobilidades individuais, é um momento em que a visão se confunde, como se se tivesse alterado sub-repticiamente de filme no leitor de DVD, e que o nosso espírito demore a tomar disso consciência tantas são as semelhanças entre a história que se desenrola sob os nossos olhos e a sequência dos factos da história que a antecedeu. A sociedade urbanizou-se totalmente. As classes médias desenvolveram-se de modo considerável. Os conflitos de classe perderam muito da sua anterior acuidade. Eis pois o que nos parece estar na linha do prolongamento da história do progresso social triunfante sobre o drama urbano. Mas vários elementos vêm perturbar esta continuidade da visão, incluindo em primeiro lugar o regresso da insegurança sob a sua dupla forma, civil e social. A insegurança regressou sob a sua dupla forma civil e social. A delinquência e a violência duplicam ou triplicam segundo vários países nos últimos vinte anos. E isto enquanto a precarização do emprego fragiliza a condição dos assalariados, particularmente dos menos qualificados, os que até aí podiam pensar que a sua docilidade podia ser moeda de troca contra um crescimento regular da sua protecção social. Estes dois problemas são bem conhecidos pelos especialistas e reconhecidos pelos políticos. Conduziram à aplicação de programas especiais de acção dirigidos às zonas urbanas desfavorecidas, onde a delinquência tomou conta dos seus bairros, e dirigidos também à procura de uma reforma do direito de trabalho que conciliasse a flexibilidade requerida por uma economia mundializada e a necessidade de segurança dos

assalariados quanto ao seu acesso ao emprego. Porquê ver então nestas dificuldades recentes mais que um rasgão provisório ao processo de unificação da sociedade na cidade e pela cidade? Porque na continuidade das condições sociais, graças à promoção regular dos elementos de mais mérito da sociedade industrial, veio substituí-la uma lógica de separação que desfaz a unidade relativa da sociedade urbana. E esta separação não se produz somente entre a parte mais pobre desta, “os excluídos”, relegados nos antigos bairros de habitat social, que se têm tornado frequentemente lugares de abandono social, e o resto da sociedade. Inicia-se igualmente uma ruptura na continuidade existente dentro da gigantesca classe média em que se parecia ter tornado a sociedade, que faz aparecer uma divisão entre os que se vão servir da centralidade urbana e os que se vão reencontrar, voluntariamente ou forçados, nas periferias urbanas. Tudo se passa como se os mecanismos anteriores de unificação da sociedade invertessem os seus efeitos a coberto de uma urbanização generalizada. Das *cités* de habitat social “aos bairros de luxo”, passando pelos loteamentos das classes médias, existia algo que mostrava uma possível passagem de um espaço ao outro, apoiando-se isto em certa medida numa distância relativa entre si de modo a criar uma dinâmica positiva. A pacificação que procurava a separação valia como condição para a promoção. Ora, actualmente, não será em boa parte a inversa que se produz? A distância — entre as *cités* de habitat social e as periferias suburbanas, entre estas e os centros gentrificados das grandes cidades — é vivida como uma rejeição de um universo pelo outro, alimentando a amargura e as fricções, o sentimento de não pertencer à mesma cidade, à mesma sociedade. Em vez de um

movimento único e unificador dos espaços da cidade, é ao aparecimento de uma cidade a três velocidades a que se assiste: a relegação das *cités* de habitat social, a criação de periferias urbanas das classes médias que temem a proximidade com “os excluídos” das *cités*, mas que se sentem “esquecidas” pela elite “dos ganhadores”, a qual é levada a investir no processo de gentrificação dos centros antigos.

Queremos mostrar como se concretiza a divisão tripartida da cidade, caracterizando a maneira de ser de cada uma destas três entidades urbanas, fazer um trabalho de topologia urbana, libertando as particularidades de cada um destes lugares. Não teremos em conta as investigações empíricas que consideram a variedade considerável de formas sociais e urbanas às quais se podem associar os termos de relegação, de criação de periferias urbanas e de gentrificação. O que aqui nos propomos advém da vantagem do método ideal-típico que visa libertar, a propósito de cada uma destas formas e através do que as distingue, um princípio de inteligibilidade que dê a compreender o impacte desta lógica de separação no funcionamento da cidade. Apresentaremos assim uma descrição de cada um destes lugares a partir de quatro elementos que nos permitem ver o que lhes é próprio e que os mantém em ruptura com os outros, ou seja, a maneira de ser “entre si” nestes lugares, a atitude em relação à mobilidade, a atitude em relação à segurança ou à insegurança que andam a par com estes tipos de “entre si”, a relação que daí resulta com a educação, tanto a escola se tornou o veículo da mobilidade social, e a sua eficácia.

A rejeição

Para descrever o processo de separação que afecta a cidade desde há um quarto de século, o melhor é então observar os seus efeitos a partir do que simbolizou o mais fortemente possível a pretensão de reunir harmoniosamente as componentes da sociedade num urbanismo voluntarista: “os grandes conjuntos” e “as cidades novas”. Concebidas no momento em que a confiança na capacidade do progresso em aproximar as condições e em reduzir os conflitos atingiu um ponto alto, do qual parece estar a afastar-se irremediavelmente, estas formas urbanas viram o sonho da sua fundação esfumar-se totalmente no que diz respeito às primeiras e em boa parte aos segundos também. Não que estas criações tenham sido puras fantasias tecnocráticas, sonhos de arquitectos meio loucos: no seu início, encontraram um eco real e apoio na sociedade. Destinados a habitar em condições relativas de igualdade todas as classes assalariadas, “dos operários especializados aos engenheiros”, de acordo com a fórmula consagrada, “os grandes conjuntos” até aí chegaram: graças à atracção de apartamentos confortáveis que forneciam uma alternativa à exiguidade dos apartamentos do centro da cidade, graças a uma mobilidade criada em espaços funcionais em vez do confinamento em ruas estreitas da cidade antiga, graças à segurança sanitária e moral que existe em paralelo e em simultâneo com este afastamento da cidade e dos seus tormentos, à promessa, por último, de equipamentos escolares, sociais e culturais que estão ligados com esta visão global. As classes médias assim se movimentaram do mesmo modo que as classes populares. E

nada prova que este equilíbrio não se teria mantido, de uma maneira ou outra, nem que fosse apenas pela vocação destes alojamentos de aluguer em servir de primeira habitação para as jovens famílias independentemente dos seus rendimentos, se as condições não se tivessem alterado. Mas a forte redução dos empregos industriais pouco ou não qualificados, o desemprego que daí resultou, a maneira como afectou sobretudo a população recentemente imigrada, a oportunidade que representaram os grandes conjuntos, pelo seu carácter público, para abrigar uma clientela pobre e pouco apreciada pelos proprietários privados devido às suas características étnicas, a imagem negativa que daqui resultou para estes “grandes conjuntos”, “a evasão” consequente das classes médias, tudo isto fez com que, da ilustração da modernidade voluntária, as novas figuras do urbano passaram ao estatuto de seu contraste, e que em vez do sentido da unificação pretendida, é a retirada, o relegar, que passaram a simbolizar.

Os habitantes dos grandes conjuntos formam uma sociedade específica marcada pela natureza resultante do entre si que caracteriza a sua relação no sentido em que a livre escolha constitui uma parte bem mínima na constituição da sua vizinhança. Eles estão ali porque não podem estar noutra lugar e não escolhem em nada a sociedade dos seus vizinhos. Isso não significa que não possam sair dali, que não há mobilidade desta população, nem que as suas relações não podem ter algo que decorra das suas escolhas, ter algum calor. Estudos mais minuciosos mostraram que, mesmo nas *cités* mais estigmatizadas, se uma parte dos habitantes vive a sua localização como uma questão de opróbrio, a outra, não menos importante, apropria-se desta

localização, faz dela uma parte positiva da sua identidade, alimenta relações de vizinhança intensas e sofre mesmo por ter de partir quando uma oportunidade de promoção se apresenta³. Porquê então insistir nesta dimensão de constrangimento entre eles? Porque os habitantes destas *cités* onde dominam as minorias étnicas encontram-se como tomados de uma dupla imposição, uma tácita, a de terem que estar entre si, a outra, explícita, a de evitar constituir um “nós” que exporia em demasia o que têm entre si de comum. Por um lado, com efeito, encontram-se nestes lugares devido à sua origem, aos seus costumes que irritam os franceses de origem, à necessidade de “sacrificar” em sua intenção uma parte do parque social que se quer manter atractivo para as pequenas classes médias. Por outro lado, eles sabem-se proibidos, em França, de terem apoio assente na sua origem, na sua cultura e na sua religião, para formar uma sociedade a partir destes elementos de afinidades, excepto se se puderem colocar em ruptura com a República.

Nada ilustra melhor o efeito deste duplo constrangimento que pesa sobre os habitantes das *cités* que a sucessão de três momentos que marcaram a história dos subúrbios franceses durante o último quarto de século: o da marcha dos jovens de origem árabe no início dos anos 80, o do fortíssimo aumento dos tráficos ilegais nos anos 90 e, por fim, o das manifestações islamistas no início dos anos 2000. O primeiro momento corresponde a uma marcha de esperança, porque a marcha em questão tinha por objectivo dar

³ Pensamos particularmente em Barbara Allen, “Les Tarterets: un quartier, d’accueil?”, *Annales de la recherche urbaine*, n.º 94, 2003.

a ver o desejo de integração dos imigrantes ditos da segunda geração e de uma maneira que sublinha, ao mesmo tempo, a vontade de assumir a sua origem e o seu movimento para a sociedade francesa. A sua posição significa então afirmar o seguinte: “consideramo-nos relegados nas nossas *cités* devido às nossas origens étnicas. Queremos ser tidos em conta na sociedade, aí entrar, aí estar, em vez de ter que acampar às suas portas. Poder-se-á contar com a nossa energia de migrantes, com o enriquecimento colectivo que resulta sempre da mestiçagem das cores e as culturas”. A esta atitude não foi dada uma resposta convincente a julgar pelos motins de desespero que estoiraram nos anos 90 e sobretudo pela intensificação da delinquência e dos tráficos ilegais durante a década que se seguiu. O segundo momento é o da delinquência e o da procura individual do reconhecimento. Delinquência de necessidade, puro efeito do desemprego? Certamente que não. Se tentarmos compreender estes tráficos ilegais através da auto-justificação que dão os seus autores, encontramos talvez em face de uma procura de reconhecimento. Retomando Hugues Lagrange e, através dele, a análise hegeliana, poder-se-ia dizer que por falta desse reconhecimento *a priori* de igual dignidade de que beneficiam todos os membros de uma sociedade num Estado de Direito, os delinquentes em questão procuram obter um reconhecimento *a posteriori*, o que resulta do prestígio, do uso de roupas e de carros de marca, do dinheiro ostentatório, adquirido de modo rápido, gasto de modo igualmente rápido ou investido no país de origem, para aí obter, face aos outros, o sentimento de pelos outros

ser reconhecido⁴. O terceiro momento, o do véu, o da afirmação de uma identidade pela religião, liga-se à assimilação crescente da imigração à delinquência e tenta trazer um remédio que faça eco, ao mesmo tempo, do sentimento de rejeição que aumentou em proporção desta imagem do imigrante fonte de imoralidade. A campanha eleitoral de 2002 funcionou inteiramente em redor deste tema da insegurança associada aos imigrantes e da rejeição dos bairros “fora da lei, fora do direito” em que habitam. A necessidade de reconhecimento da população em questão assume então uma dimensão colectiva. Mas desta vez, não são mais os rapazes mas as raparigas que ocupam a rua e os estabelecimentos públicos. Já não é mais em nome dos valores da integração que elas se exprimem mas sim em nome dos valores da sua cultura de origem como se se encontrassem ameaçados de desintegração. Não é mais a afirmação individual de si próprio que conta mas sim a demonstração da submissão de si mesmo aos valores da religião islâmica encarregada de sublinhar a linha de demarcação entre a cultura da população imigrada e a da sociedade. O véu, pela sua ostentação, proíbe condenar a ausência de moralidade do imigrante e isto com o risco — procurado — de obter uma condenação republicana devido à regressão comunitária. Assim, parte-se de uma vontade de sair de uma rejeição espacial sofrida por uma razão étnica não reconhecida para se assumir aquilo que anteriormente os levou a serem rejeitados... com o risco de o serem ainda mais, mas só esta assunção de risco pode compensar a desvalorização de si mesmo que comporta a rejeição em questão.

⁴ Hugues Lagrange, *De l'Affrontement à l'esquive*, Paris, Syros, 2001. Neste trabalho, Hugues Lagrange valoriza a questão do reconhecimento.

Há um mal-estar específico dos subúrbios franceses que tem muito a ver com esta mistura muito particular da boa fé republicana com a hipocrisia social de que fazemos prova quando pretendemos ocuparmo-nos da emancipação das minorias étnicas, confinando-as em espaços mais desvalorizados, ao mesmo tempo que se recusa ter em consideração qualquer uma das suas particularidades. Esta indisposição característica do modelo de integração à francesa constitui sem dúvida apenas uma variante do problema geral que afecta o conjunto dos países da Europa e da América do Norte, onde a parte mais determinada da população da miséria do mundo procura aí entrar para aí tentar a sua sorte. Apesar de a tolerância explícita para com agrupamentos com base na etnia permitir melhor, nos países de cultura anglo-saxónica, que se construa um “nós”, uma pertença susceptível de nos permitir ter uma base social para os habitantes em questão, isto no entanto tem o risco de alargar ainda mais a separação entre eles e a maioria da sociedade, tanto quanto estes agrupamentos comunitários só se podem fazer nos bairros das cidades abandonadas pelas classes populares do país de acolhimento. Toda e qualquer tentativa de alargar e toda e qualquer tentativa por parte destas comunidades em alargar os seus perímetros gera problemas “transfronteiriços”, fricções e motins, porque está em causa o valor comercial dos bairros limítrofes e este valor contrabalança rapidamente as demonstrações de uma maior tolerância das diferenças, como se vê na Inglaterra. Assim, a confiança relativa produzida no círculo de pertenças étnicas reconhecidas parece bem estar a traduzir-se numa dificuldade consequente para delas sair.

Poder-se-ia dissertar longamente sobre os méritos e os erros respectivos dos sistemas republicano e comunitário sobre a questão de saber o que é que conduz à forma de um entre si mais condicionante. Seria sempre verdade que os dois vão a par no confinamento espacial duradouro das populações pobres e/ou da imigração recente e em alguma rejeição desta população pelo resto da sociedade. Como prova deste confinamento, veja-se o carácter internacional do espectáculo da imobilidade voluntária que oferecem os bairros desfavorecidos. Os estudos mais doutos demonstram a fraquíssima mobilidade dos habitantes destes bairros relativamente aos das classes médias. Não se pode entrar aí sem se sentir mais ou menos rapidamente a estranheza das suas próprias características, aparentemente muito decididos, mas sem darem sinais de terem alguma pressa. A imobilidade de alguns, sozinhos ou em grupo, sem razão aparente, nos espaços comuns, desconcerta. O seu olhar interpela e incomoda, como se estes espaços fossem os seus e não espaços abertos a todos. De um modo geral, as imagens associadas a estes bairros põem muito em evidência este tema da imobilidade. A começar pelos *rodéos* de automóveis inaugurados na cidade de Minguettes em 1981 e que se reproduzem desde aí de acordo com um ritual bem estabelecido em certas cidades subúrbios como a de Estrasburgo. Roubar automóveis, fazê-los andar a toda e qualquer velocidade no bairro, seguidamente incendiá-los, não será uma maneira de inverter o movimento, de o reduzir, é caso de dizer, a nada? A imagem da ocupação das entradas dos edifícios por grupos de jovens que opõem a sua inércia às idas e vindas dos seus moradores, dos seus habitantes, não tem menos força a esse respeito. Mas mais do que estas imagens mediáticas, é o isolamento nos alojamentos, a

pressa de se encontrar atrás da sua porta fechada que confere a estas cidades este carácter de imobilidade, como se sair, andar, ir para outro lugar e voltar, seja um sacrifício que se impõe o menos possível.

O isolamento em casa impõe-se tanto mais nas *cités* de habitat social quanto os espaços comuns são sinónimos de insegurança: não somente os *halls* de entrada dos prédios mas também as portas dos estabelecimentos escolares, os estacionamentos dos centros comerciais e as das habitações. Entrar ou sair significa expor-se a diversos perigos, desde a falta de civismo, ao assalto metódico ou ao roubo do seu carro. Bem entendido, do pior nunca se está seguro. Mas existem horas de predilecção que começam com o cair do dia. Assim, a imobilidade dá-se em conjunto com o isolamento. É difícil convidar pessoas externas ao bairro para jantar sabendo que no momento de saírem é o medo que lhes fará companhia⁵. Os transportes em comum, sabe-se efectivamente, não escapam a esta insegurança. Resumidamente, o espaço comum não é, já não é mais, um lugar onde se pode estar bem, sozinho ao lado dos outros, onde se pode olhar para os outros e mesmo recorrer a eles se necessário, sentir a distância e a proximidade assim como a disponibilidade dos outros. Fora de casa, não se pode estar bem, a não ser em grupos, em bandos; bem, só em casa. Vive-se assim, quer sozinho, isolado, quer confundido no interior do seu grupo, participando nesta apropriação quase mafiosa do território que revela os lugares onde reina apenas a lei do mais forte. O que desaparece é precisamente a possibilidade de se estar ligado aos

⁵ Didier Peyrat, Habiter, *Cohabiter. La sécurité dans le logement social*, relatório para Marie-Noëlle Lieneman, secretária de Estado da Habitação, Paris, 2001.

outros e no entanto separado deles, como se pode ser e estar quando nos encontramos dispostos de um lado e do outro de uma mesa de acordo com a metáfora que utiliza Hannah Arendt para descrever o princípio do espaço público⁶.

Entre si forçado, espectáculo da imobilidade voluntária, insegurança dos espaços comuns: os territórios da relegação efectivamente mereceram o seu nome. Porque é que a sua situação parece perpetuar-se para além dos esforços das políticas públicas? Sabe-se bem qual foi a conjuntura de crise do emprego que produziu a degradação destes lugares assim como a concentração da pobreza, mas um novo dado interveio desde então e portador de empregos susceptíveis de substituírem pelo menos em parte os perdidos na indústria: os empregos de serviços muitos dos quais exigem poucas qualificações. Porque é que esta redistribuição, que se refere a toda a sociedade, não provoca ela também no seu movimento esta parte da cidade? Que fatalidade pesa por conseguinte sobre estas *cités*? Os autores de um recente relatório do Conselho de Análise Económica avançam a ideia de uma hiperestesia espacial para explicar o mal-estar persistente que os efeitos criados pela conjuntura de crise nestes lugares criam para além dos motivos ligados à sua origem. Existem três motivos para isto e cada um entra em ressonância com os traços que utilizamos para os caracterizar⁷. Um primeiro elemento entra, segundo eles, em linha de conta: a distância espacial que se criou e se alargou com os empregos

⁶ Hannah Arendt, *La Condition de l'homme moderne*, Paris, Calmann-Lévy, 1960.

⁷ Jean-Paul Fitoussi, *Rapport sur la ségrégation urbaine et l'intégration sociale*, CAE, 2003.

disponíveis. No momento em que estes se situam mais longe que os antigos empregos industriais, que as suas localizações flutuam devido à precariedade dos compromissos assumidos e que os transportes comuns não representam em relação a eles um meio de deslocação suficientemente rápido e pouco caro, o custo adicional resultante deste afastamento torna-se dissuasivo. Este problema da distância entre o emprego e o habitat é conhecido desde a sua formulação americana nos anos 60: *espacial mismatch* (literalmente *desfasamento* espacial). Ele explica bem este espectáculo da imobilidade que as cidades oferecem frequentemente, fruto da renúncia a empregos que, tendo em conta os custos de deslocação, levariam a que pouco mais lhes restasse do seu rendimento, do seu salário, do que os rendimentos do subsídio de desemprego ou da ajuda social. Em segundo lugar, intervém a distância social em relação ao emprego. Seja o duplo produto de uma falta de contactos portadores de informação sobre as oportunidades de empregos (as redes de ligação entre o bairro e o exterior, as relações fracas, indispensáveis contrapartidas às relações fortes dos familiares na teoria do capital social, de acordo com Putnam⁸) e também de “competências sociais” exigidas em empregos de serviços que são mais difíceis de adquirir por uma população de imigração recente e mais raramente reconhecida, de qualquer maneira. É aqui que a natureza forçada do entre si dos habitantes das *cités* produz toda a sua nocividade porque não permite a constituição de relações fortes entre os habitantes nem a criação de relações eficazes com o exterior. É difícil criar uma forte solidariedade de vizinhança entre pessoas a

⁸ Robert Putnam, *Bowling Alone*, New York, Simon & Schuster, 2000.

quem o seu alojamento lhe é atribuído de maneira tão burocrática e é ainda mais difícil para eles estabelecerem contactos úteis no exterior porque a força “das relações fracas” pressupõe a existência de “relações fortes”. Por último, intervém a distância legal com o resto da cidade. Esta distância corresponde à emergência de uma economia subterrânea que utiliza o bairro, o seu isolamento, como um recurso. Pouco exposto em relação aos de fora, o bairro permite aos seus habitantes desenvolver actividades à margem da lei (trabalho clandestino) ou francamente ilegal (tráficos ilegais de todas as espécies). É a insegurança do bairro, dos seus espaços comuns, que dissuade o estrangeiro por aí aventurar-se e que acompanha esta dimensão de hiperestesia espacial.

Reduzir esta tripla distância, espacial, social e legal, que mantém o isolamento dos bairros desfavorecidos, não será primeiro e sobretudo o papel da escola — sobretudo quando o novo modelo de integração social requer um controlo da linguagem e de relações com o outro bem superior ao que era exigido pela indústria fordista? Sim, mas a escola desempenha tanto mais dificilmente este papel quanto cristaliza todos os efeitos negativos gerados por este entre si a que se encontram forçados, por esta inércia e insegurança que caracterizam estes bairros. A natureza forçada deste entre si, associada paradoxalmente à proibição de afirmar um “nós” que compense nalguma coisa a dimensão de rejeição, explica-nos as manifestações de identidades. O porte “ostentatório” do véu vem perturbar a relação educativa pela provocação deliberada que representa em relação a uma ordem que as ensina a elas próprias e à sua qualidade intrínseca. Ficam assim

totalmente desamparadas quando se confrontam com este enfeite que as fazem intercalar, na sua opacidade, as Luzes das quais são portadoras e a unção que as jovens cabeças morenas podem receber. Mas é sobretudo a imobilidade que revela na escola a sua verdadeira causa e as suas consequências mais negativas. A causa desta inércia não tem ver com uma falta de interesse intrínseca dos alunos para que se ensine mas sim com uma falta de confiança neles próprios. E esta falta de confiança traduz-se numa impaciência extrema, num desejo em que o mínimo esforço seja, de imediato, recompensado tanto é o esforço que consideram que a si próprio lhes é exigido, pois têm que arriscar para além das certezas negativas que preenchem a maior parte quanto às suas possibilidades de terem êxito e de terem capacidade de lucidez para o alcançar. Há efectivamente aqueles que aceitam apostar no improvável — o seu sucesso ao longo do tempo. Mas são uma fraca minoria ao lado dos que reclamam uma recompensa rápida pelo mais pequeno investimento que aceitam fazer na escola, uma recompensa imediata ao mínimo esforço fornecido. Quando estes recebem os seus boletins escolares, querem aí ver nada mais do que a prova da sua rejeição. E o período de distribuição dos boletins é frequentemente acompanhado por um recrudescimento dos automóveis queimados e por outras manifestações emocionais da desgraça das *cités*.

A criação de periferias urbanas

No tempo da cidade industrial, o tecido das periferias urbanas feito de velhos núcleos de gentes vindos das aldeias e de pequenas moradias suburbanas constitui assim o prolongamento das *cités* de habitat social, o horizonte pensável de uma promoção bem sucedida. Uma continuidade existia entre estas duas espécies de tecidos, nem que fosse através das relações familiares e de amigos mantidas entre os que habitavam as *cités* e os que tiveram acesso à propriedade de um lote de terreno. Estes loteamentos atraíam os habitantes das *cités*, provocavam-nos, faziam-lhes ganhar o gosto em certa medida da terra prometida. Agora, os efeitos de repulsão são sensivelmente superiores a estes efeitos de atracção. O temor que os habitantes das *cités* viessem perturbar a vida serena destes loteamentos suburbanos, que viessem prejudicar a qualidade do ambiente que este oferece, que viessem depreciar o seu valor fundiário, sobrepõe-se ao desejo de dar a ver o seu sucesso, a sua “pequena felicidade”, aos que permaneceram nos HLM. Um princípio de incompatibilidade apareceu assim, o que representa um regresso à ideia de uma fronteira, própria para fazer uma barragem aos habitantes das *cités*, organizada pelos que vivem nestes loteamentos suburbanos, mesmo e sobretudo quando estes últimos das *cités* vieram. Tudo se passa como se, sobreviventes de um perigo enormíssimo, os moradores destas periferias suburbanas tenham muito medo de serem expostos a estes perigos, de novo. Esta incompatibilidade não é um fenómeno secundário nem é um fenómeno provisório. Esta perturba verdadeiramente a vida de todas

as câmaras que comportam ao mesmo tempo *cités* de habitat social e estes loteamentos suburbanos. Não há necessidade, para disso nos convenceremos, de ouvir a esse respeito o discurso dos presidentes das câmaras municipais destas comunas, particularmente os destas famosas cidades ditas “novas”. A sua preocupação essencial, quase obsessiva, é, se não aumentar o número, pelo menos manter o número das suas classes médias, reduzir o risco da sua saída, o que provoca a concentração dos pobres “originários da imigração” nas *cités* da comuna. Para além da preocupação do equilíbrio “republicano” da composição social das suas comunas, perfila-se um temor ainda mais substancial. Dizem, se certo limiar de ruptura é atingido na composição social de uma comuna, esta perde toda a sua atractividade e junta-se ao grupo dos territórios desfavorecidos e à sua gestão paliativa pela política dita “das Cidades”.

Porquê tal rejeição das *cités* e dos seus habitantes pelos da periferia urbana, quando parte deles têm a mesma origem? A assimilação destas *cités* às minorias étnicas e o mal-estar mais ou menos declarado por estas entram aqui certamente em linha de conta. Mas a explicação parece mais ter que ser procurada na oposição quase estrutural entre estas duas modalidades da cidade contemporânea que são a relegação nas *cités* de habitat social descentradas ou encravadas e a urbanização das periferias, tanto quanto esta última parece o exacto contrário da primeira. Ao entre si forçado das *cités*, a periferia urbana opõe, com efeito, a sua procura de um entre si protector cujos habitantes têm ainda tanto mais necessidade dele quanto devem beneficiar do apoio implícito ou explícito de uma vizinhança que os tranquilize para

poderem efectuar uma vida feita de deslocações importantes quer seja para o emprego, para as compras e ou lazeres ou mesmo necessárias para a educação das suas crianças. Não é o espectáculo de uma imobilidade quase voluntária que espanta, como nas *cités*, mas a omnipresença do automóvel, a hiper-mobilidade obrigada. Também não há a insegurança nos espaços comuns que provoca o isolamento dos habitantes das *cités* nos seus apartamentos que cuidam de maneira contrária ao abandono em que deixam os lugares partilhados. É o inverso: se o primeiro temor se refere aos espaços e aos bens privados, como o atesta a superabundância dos espaços de passagem proibidos e os cães de guarda, os espaços comuns são objecto de uma grande preocupação e mesmo, tendencialmente, de uma quase privatização ao abrigo da sua própria segurança. Por último, se a educação concentra nas *cités* todos os efeitos negativos de um entre si forçado, da inércia e da insegurança dos espaços comuns, é muito diferente o que se passa nas zonas das periferias urbanas onde beneficia da natureza protectora do entre si dos habitantes, da sua preocupação em proteger os equipamentos dos quais dispõem e da sua propensão à mobilidade. Se a escola, nas *cités*, sofre de um défice de aplicação da lei e do direito, na periferia urbana, resulta da procura de um regime de favor.

Porquê falar de um entre si protector a propósito das relações internas aos habitantes das periferias urbanas? Sem dúvida a imagem da aldeia, de uma comunidade unida pelos serviços mútuos e pelo calor colectivo, entra em linha de conta nos comportamentos dos pioneiros destas periferias. Durante os anos 70, os loteamentos tinham um pequeno ar de falanstério no entender dos seus habitantes. Mas o

sonhar bucólico assim como a agitação comunitária não perduraram para além do período inicial. A satisfação de um quadro natural parece cada vez mais determinada pelas regras de um mercado que se organizou de maneira a poder dispensar as preocupações ambientais em perfeita relação com o nível de rendimento dos candidatos a tais benefícios. Existe assim uma especialização social das comunas nas periferias urbanas da Île-de-France que fornece aos compradores parcelas cada vez menos caras à medida que se afastam da capital, de modo que os menos afortunados, os trabalhadores profissionais, se encontram na extremidade exterior deste círculo. Quanto às tentações de se auto-gerirem no isolamento relativo destes loteamentos, estas não resistem às primeiras querelas que opõem os que querem investir no espaço comum e os que se afligem para pagar o seu espaço privado, de modo que as comunas herdaram geralmente as suas prerrogativas e deveres em matéria de vigilância. O que é protector é em primeiro, e sobretudo isto, o facto de a instalação na zona de periferia urbana valer como garantia de boa vizinhança e de tranquilidade comparada com os perigos das *cités* e a intranquilidade dos centros das cidades. E isto, qualquer que seja o grau de investimento dos urbanos da periferia na gestão comunal. Podem bem escolher investir na comuna e fazê-la funcionar como um clube de coproprietários preocupado em manter a qualidade do seu território, de o reservar apenas a novos moradores que lhes convenham através de critérios de construção exigentes⁹. Ou sobretudo renunciar a um tal

⁹ Éric Charmes, *Les Tissus périurbains français face à la menace des "gated communities". Éléments pour un état des lieux*. Investigação conduzida por PUCA, Julho de 2003.

envolvimento e esperar pelos poderes locais para se resolverem os problemas de equipamento de que se queixam¹⁰. Ou ainda optarem por um verdadeiro distanciamento, tanto em relação à cidade-centro como em relação à vida comunal e à vida local, preferindo gozar da riqueza dos seus meios e das suas redes de interesses para resolver por eles mesmos o seu problema dos serviços¹¹. Mas qualquer que seja o lugar de um território da periferia urbana em toda a gama das disposições possíveis deste tipo de espaço em relação à política, a preocupação de um entre si protector permanece o constituinte básico, a invariante própria de todas as figuras deste género.

A procura de um entre si protector reencontra-se em todas as categorias de periferias urbanas porque constitui uma necessidade para um modo de vida onde a deslocação desempenha um papel também importante, tendo em conta que a satisfação de tal habitat num quadro natural obtém-se geralmente apenas quando se está disposto a aceitar um grande afastamento, quer quanto ao emprego quer quanto à escola, à escola secundária pelo menos. Viver na periferia urbana é instalar-se não somente “no campo” mas também “no movimento”. É a imagem da fluidez que se opõe desta vez à inércia das *cités*. Ora, ninguém se afasta facilmente da sua casa, tanto quanto nesta se considera que se está protegido e que se é igualmente protector, tanto quanto isto fornece uma base bastante forte para que se possa ir para outros lugares, ter com outras pessoas sem se estar a temer ser ameaçado nela ou por elas. Há efectivamente na periferia urbana uma nova cidade que emerge, uma cidade de escolha onde a mobilidade permite aceder

¹⁰ *Ididem.*

¹¹ M.-C. Jaillet, *Pouvoirs locaux*, Março de 2003.

a empregos distantes da casa de cada um, a centros de interesse cultural e de lazer numa direcção oposta, a amigos um pouco por toda a parte.

Esta “cidade emergente” é efectivamente “uma cidade da escolha”, “uma cidade móvel” que emancipa os seus habitantes dos constrangimentos do bairro da cidade de outrora, que liberta o jogo das oportunidades e das afinidades do constrangimento das pertenças sócio-espaciais¹². Mas esta liberdade nova paga-se com uma dupla dependência, dos meios de transporte, por um lado, das garantias de tranquilidade que oferece o lugar de habitat, por outro. Tratando-se do transporte, é necessário primeiro dispor de dois ou ainda mais, frequentemente de três, veículos. Seguidamente intervém a qualidade das vias de deslocação, a existência ou não de alternativa ao nível do transporte público, mais vantajosa ou em caso de emergência. Por último, e sobretudo, conta o afastamento dos serviços, a distância onde se encontra um bom liceu, a possibilidade ou não de ir à noite ao centro da cidade e sem que o regresso seja um momento problemático. Tratando-se da tranquilidade do lugar de habitat, é necessário poder contar com a garantia de protecção contra o roubo, com a vigilância da vizinhança, com a preocupação que os vizinhos terão com a nossa própria casa, com as nossas próprias crianças quando eventualmente se estiver ausente e de modo que a angústia não destrua o prazer da deslocação. Torna-se difícil saber o que conta mais na atracção da periferia urbana, se o afastamento da cidade ou se a mobilidade, tanto quanto estes dois elementos se mantêm numa relação de absoluta

¹² Yves Chalas e Geneviève Dubois-Taine, *La Ville émergente, La Tour-d'Aigues*, L'Aube, 1997.

reciprocidade. Em contrapartida, o que é certo é que a insuficiência dos meios de deslocação e/ou o temor de estar em casa pagam-se a um preço forte.

Pôde-se constatar aquando das últimas consultas eleitorais um forte crescimento do voto de protesto no sector da periferia urbana¹³. Como é que as camadas médias, que povoam a periferia urbana, podiam dar crédito a um discurso que brada o tema de uma insegurança crescente e de um abandono das pessoas corajosas em proveito dos imigrantes das *cités* e dos ricos “bobos” dos centros das cidades? Como a não ser porque este discurso punha o dedo nas duas obsessões da periferia urbana: a ameaça que os habitantes das cidades fariam pairar sobre eles e a rejeição da qual se sentem objecto por quem tem altos rendimentos e que não está sujeito aos mesmos temores e aos mesmos constrangimentos que eles.

Tendo em conta o investimento do qual *eles* são objecto e ao contrário das *cités* de habitat social, o sentimento de insegurança refere-se primeiro aos espaços privados. Esta preocupação traduz-se numa superabundância de redes que delimitam o mais pequeno jardim e no cão de guarda que ladra a cada passagem, fazendo ambos parte da imagem negativa do subúrbio parisiense. A esta defesa dos espaços privados, veio acrescentar-se, desde há uma dezena de anos e de maneira cada vez mais sensível, uma defesa dos espaços comuns: as vias de passagem e os equipamentos colectivos destes loteamentos suburbanos. Esta protecção toma a forma de rua com correntes, que não deixa por conseguinte nenhuma razão aos de fora para entrarem

¹³ É. Charmes, *Les Tissus périurbains français ...*, *op. cit.*

com os seus carros a não ser aos que lhes fornecem serviços, e às vezes mesmo barreiras. Trata-se sempre de reduzir os riscos ligados a uma circulação excessiva, os danos sonoros, as desordens que resultam da irrupção de desconhecidos, de pessoas “que não têm nada a fazer aqui”. Ou seja, trata-se pois do que se poderia chamar de uma privatização dos espaços comuns, uma vontade de prolongar nestes lugares a quietude de que neles se pode usufruir. Ao invés das *cités*, onde cada um se refugia em casa para fugir à insegurança que reina nos espaços comuns, nas periferias urbanas estende-se a estes espaços comuns a segurança da sua própria casa. Vem-se assim muito naturalmente a produzir e a vender um entre si sob a indicação da segurança dos espaços privados e dos espaços comuns. É o sentido das famosas *gated communities* americanas e da sua adopção francesa por certos promotores, como o grupo Monné-Decroix¹⁴.

Como interpretar esta tendência da privatização dos espaços comuns que se refere não somente às habitações individuais mas também às residências colectivas? É tentador ver o efeito de um desejo de um distanciamento defensivo de uma parte da sociedade em relação a outra, uma maneira de se colocar fora da sociedade, de se subtrair às normas comuns apropriando-se colectivamente de um espaço. Mas esta leitura descreve mais o efeito produzido sobre os transeuntes que passam, sobre aqueles que particularmente vivem noutros tipos de espaços urbanos, que a motivação que guia certamente os que

¹⁴ O promotor Monné-Decroix é o maior produtor de residências protegidas em França. Estendeu a sua oferta particularmente na região de Toulouse e desenvolve este produto a uma velocidade que desafia as certezas “republicanos” quanto à inadaptação de tal produto num país como a França.

procuram ou vendem este tipo de produto. Eric Charme mostra bem como temos tendência a projectar nestas formas de autoprotecção as intenções de constituição de uma sociedade murada sobre si própria, hipótese que uma análise feita ao detalhe dos raciocínios tidos pelos habitantes em questão não permite de forma alguma confirmar. A preocupação da tranquilidade não vai até ao ponto de um verdadeiro fechamento e ainda menos ao ponto de um racismo mais ou menos declarado em relação aos habitantes das *cités* e à ameaça que representam. Como interpretar então o interesse crescente por estas fórmulas mais ou menos fechadas de residências colectivas? Jeremy Rifkin fornece a esse respeito uma análise particularmente sugestiva¹⁵. Mostra, com efeito, como as referidas fórmulas se inscrevem no âmbito muito mais geral de uma substituição feita pela lógica do acesso em relação à lógica da propriedade. A propriedade de um edifício *stricto sensu* tranquiliza mas preocupa igualmente. É necessário protegê-la, velar por ela, para gozar da segurança que permite. Mas se a segurança é sobretudo este bem do qual se quer usufruir, porque não comprar esta directamente em certa medida sob forma de acesso a um lugar protegido, que disponibiliza os serviços estritamente àqueles que pagaram o preço de entrada? A propriedade, de imediato, torna-se um desafio secundário. Não é mais a casa que se procura proteger com um arsenal de vigilância mas a tranquilidade à qual ela fornece um acesso no âmbito destas novas fórmulas, exactamente como um bilhete de acesso, nem mais nem menos! Lidos a favor desta análise, os mecanismos de fechamento e de privatização

¹⁵ Jeremy Rifkin, *L'Âge de l'accès: la révolution de la nouvelle économie*, Paris, La Découverte, 2000.

destes novos conjuntos residenciais aparecem como a realização sem encargos e sem complicações inúteis, por um progresso económico em certa medida, do projecto inerente à pretensão da periferia urbana em comprar um ambiente protector sem ter o trabalho de o produzir ou de o co-produzir como um todo, sem também o investimento relacional que isso necessita e para um resultado sempre incerto.

A problemática do acesso, como teorizada por Rifkin, esclarece a relação das periferias urbanas com a segurança mas igualmente com todos os serviços e com a escola em especial, porque a relação com escola funciona toda ela em torno da questão do acesso, a preservar aqui, a tratar em algures. Combinam bem, a esse respeito, os benefícios destes traços característicos do habitat da periferia urbana que se podem enumerar: um entre si protector, uma propensão ao movimento, uma segurança dos espaços comuns pela sua privatização. Tomar-se-á como ilustração o inquérito recente conduzido por Eric Charme sobre as relações de abertura e de fechamento na periferia urbana¹⁶. A sua investigação concentrou-se numa pequena comuna de 4 600 habitantes, designada Coubron, que tem como particularidade o facto de ser uma das mais abastadas de um departamento conhecido pelos seus problemas sociais: o de Seine Saint-Denis. Uma outra particularidade consiste na proximidade de duas comunas que figuram entre os espantalhos deste departamento: Clichy sous Bois e Montfermeil. Uma percentagem bastante importante dos habitantes desta comuna de Coubron provém de resto destas *cités*. Mas esta origem não funciona em defesa de uma relação entre Coubron e estas

¹⁶ É. Charmes, *Les Tissus périurbains français...*, *op. cit.*

comunas. Antes pelo contrário, poder-se-ia dizer que a preocupação da ruptura parece mais forte naqueles que tiveram êxito em deixá-las, querendo mesmo que a ruptura seja total para não se poder revelar vã. Tudo se decidiu, para eles, aquando da idade de escolarização dos seus filhos. Realizaram então um esforço considerável investindo na compra de uma casa nesta comuna próxima, mas onde os terrenos eram caros, a fim de oferecer aos seus filhos um quadro susceptível de lhes evitar os custos inerentes à vida nas *cités* daquele tipo. Em consequência deste investimento, são eles ainda mais que as outras famílias desta comuna que recusam o acesso a recém-chegados que não estejam particularmente interessados em preservar a sua qualidade. Nesta comuna, as famílias fazem pressão sobre os eleitos para que recusem qualquer derrogação que permita às crianças das *cités* inscreverem-se nas suas escolas. A compra de uma casa vale um bilhete de acesso a uma escola protegida e por conseguinte recusa-se este acesso aos que não o pagaram. O mapa escolar funciona assim como uma barreira que reserva aos beneficiários um privilégio procurado e tanto mais apreciado e defendido pelas famílias que se tinham ressentido como tal quando se encontravam do outro lado. É por tudo isto que existe a disposição de um entre si protector no que diz respeito ao efeito sobre a escola. A privatização relativa dos espaços comuns em nome da sua segurança também aí manifesta a mesma coisa embora não seja tanto sob forma de fechamento destes espaços como é quanto à supressão, mais eficaz, de qualquer ocasião, de qualquer tentação oferecida às crianças das *cités* circundantes para virem à comuna. Assim, em Coubron, evita-se e com cuidado construir qualquer equipamento, desportivo designadamente, que as

pudesse atrair. Quanto à propensão à mobilidade tão característica das populações suburbanas, esta encontra-se rapidamente a funcionar para veicular os alunos do nível secundário a um colégio situado numa comuna vizinha e bem frequentado, em vez de ir para o de Clichy sous Bois, para onde o mapa escolar os destina. Este colégio de Clichy-sous-Bois poderia ter sido muito bem construído em Coubron, mas isso teria como consequência que os alunos de Clichy se viessem misturar com os de Coubron. Também os eleitos preferiram uma fórmula dispendiosa em deslocações para os pais mas preservadoras de uma boa escolaridade para as suas crianças. Resumidamente, o acesso é uma arte de que se sai tanto melhor quanto melhores forem as vantagens que se sabe utilizar para si mesmo, as barreiras administrativas e as decisões políticas contra aqueles que se querem evitar.

A gentrificação

A relação entre os bairros de relegação e as periferias urbanas é da ordem da rejeição dos primeiros por aqueles que habitam as segundas, mesmo se deles provieram, em parte. A outra componente das periferias urbanas é, por conseguinte, constituída de camadas médias que têm deixado a cidade por quererem, por desejarem ir para um ambiente mais atractivo, no início sobretudo, e por necessidade, depois, quando quiseram

dispor de um alojamento suficientemente vasto para a sua família e o preço atingido pelos terrenos nos centros das cidades não lhes permitia nunca a sua aquisição. Deu-se também um movimento oposto “de regresso à cidade” que se faz sentir na parte superior destas camadas médias¹⁷. Isto já diz quanto o tipo de entre si que se produz com este processo de gentrificação se opõe às periferias urbanas. Porque não é tanto uma vizinhança protectora e valorizadora que procuram os partidários deste famoso regresso à cidade. Mais do que um entre si protector, é a um entre si selectivo que aspiram. Não que estes o reclamem alto e a bom som e procurem limitar o acesso a este lugar a quem não lhes convém. Nenhum sistema de vizinhança exigente se elabora para preservar o acesso aos lugares da gentrificação a uma elite autoproclamada. O entre si selectivo é o produto “natural” do mercado. A relação com a mobilidade muda completamente. É o fim da mobilidade forçada dos habitantes da periferia urbana, deste movimento permanente dos suburbanos, deste famoso *commuting* onde gastam uma parte tão considerável do seu tempo. Os habitantes dos centros

¹⁷ Catherine Bidou-Zachariassen (dir.), *Retours en ville*, Paris, Descartes et Cie, 2003. Esta compilação é praticamente a única obra digna deste nome publicado em França sobre a questão da gentrificação que parece mobilizar, pelo momento, somente os jornalistas. Comparado às toneladas de livros, a investigações e artigos consagrados a este assunto nos países anglo-saxónicos, pode perguntar-se se a nossa preocupação com os bairros da política dita da cidade não nos teria tornado cegos em relação ao que se passa noutra lugar e que determina pelo menos tanto o destino da cidade.

gentrificados não estão nem na imobilidade voluntária nem na mobilidade forçada mas na ubiquidade. Eles estão plenamente aqui e facilmente estão noutra lugar ao mesmo tempo, pela proximidade de tudo o que lhes interessa lá onde vivem e pela rapidez das redes reais ou virtuais que lhes permite projectarem-se facilmente em qualquer outro ponto deste globo ao ritmo do qual vivem constantemente. Em matéria de insegurança, não têm realmente temor quanto aos seus espaços privados. O preço do terreno fundiário é suficiente para ter a uma distância respeitável a plebe dos subúrbios. Também não é nas ruas que se sentem ameaçados, tanto é a abundância de lojas comerciais que está ligada a uma vigilância discreta, dobrada, se necessário, pela menos discreta polícia municipal e pela mais ostensiva que é a polícia nacional na frente de numerosos edifícios públicos. A inquietação, com efeito, corresponde ao tipo de presença desta categoria de habitantes. Está por toda a parte e em nenhuma parte exactamente como vivem aqui e em algures, ao mesmo tempo. Quanto à escolaridade, não se preocupa com a procura de um estabelecimento preservado e dum diploma por causa do acesso que é suposto garantir a um emprego qualificado. Não é o passaporte que conta mas mais a procura das melhores trajectórias que permite a selectividade do meio.

Falar do “entre si selectivo” a propósito da gentrificação pode parecer um contra-senso se considerarmos que os pioneiros deste processo foram, pelo contrário, as classes médias que não temiam as fricções com as classes populares ao virem habitar o centro das cidades, as suas partes degradadas, para saborear o pitoresco. Tal foi o sentido

primeiro da palavra gentrificação, desde o momento em que a palavra foi inventada por Ruth Glass, em 1963¹⁸. Um dos seus melhores analistas, Neil Smith, descreve como é que um *gentry* urbano — composto de classes médias e superiores — tinha assumido, nesse tempo, investir em certos velhos bairros operários de Londres porque apreciavam o ambiente urbano. O fenómeno continuou a ser bastante marginal até aos anos 80, associado ao lado boémio de uma fracção intelectual e de artistas das classes abastadas (o bairro de Greenwich). Depois do estatuto de curiosidade, ou mesmo de anomalia local, a gentrificação passou ao de valor central. Tornou-se “a” maneira de ser na cidade, um princípio de produção do espaço urbano. Sobretudo desde os anos 90, quando ela apareceu aos municípios e aos promotores como o meio para valorizar o produto de que dispunham: a cidade, esta cidade, que abandonava as classes médias porque estava associada a uma densidade excessiva, aos danos de todas as espécies. Mas o que demonstravam os gentrificados era o facto de que a cidade continuava a ser mesmo assim a cidade, ou seja, um lugar único de concentração das oportunidades, de encontros, de alianças, de prazer, que ela era também, e por isso mesmo, um espectáculo, o espectáculo mais procurado do mundo e, por conseguinte, necessariamente o mais caro possível se soubessem vendê-lo. Mas para efectivamente vender a cidade, era necessário libertá-la dos seus “defeitos”, de lhe reduzir a densidade, fazer de modo que esta voltasse a ser bonita, reduzir-lhe o barulho, a circulação, os maus cheiros, os maus encontros. A gentrificação é este processo que permite gozar das vantagens da

¹⁸ Neil Smith, “La gentrification comme stratégie urbaine globale”, p. 160.

cidade sem ter de temer os seus inconvenientes. Gera um produto que lhe corresponde, mas que tem um preço, financeiro, próprio para atrair aqueles que têm os meios para o poderem pagar e para fazer desaparecer de cena, discretamente, os que não o podem pagar. No final deste processo, onde, pelo menos, este parece ter seriamente avançado, vê-se bem, efectivamente, o tipo de entre si selectivo que produz a gentrificação. Estão por toda a parte os hiper-quadros da mundialização, as profissões intelectuais superiores que povoam os seus espaços renovados. É lógico que os que compram o bem o mais caro no mundo sejam as pessoas mais ricas, é certo, mas igualmente as mais adaptadas a este produto porque é feito para elas. A prova desta estreita correspondência entre um produto e os seus compradores, pode ver-se no modo de reconhecimento mútuo que a gentrificação estabelece entre os seus beneficiários. Faz mesmo muito que pensar o espectáculo que oferecem os vencedores de um jogo de tele-realidade quanto eles dão mostras de parecerem ingenuamente deleitados e orgulhosos por se reencontrarem juntos e felizes por se terem salvado do grande jogo da sociedade nacional, por serem membros eleitos da sociedade mundial.

Paris constitui o laboratório da gentrificação das grandes cidades francesas como Nova Iorque o foi para as grandes cidades do mundo. Os primeiros responsáveis da gentrificação dos bairros centrais de Paris — o X.º, XI.º, o IX.º — ou mesmo dos bairros mais periféricos como certas partes do XX.º e do XII.º — queriam, como os que promoveram o bairro de Greenwich nos anos 60, trabalhar na sua defesa, sem dúvida, para fazer respeitar as suas marcas históricas, ou

mesmo o seu carácter popular, através das associações de bairro. Mas é difícil defender os artesões do bairro... e, ao mesmo tempo, recusar o barulho dos comerciantes e industriais que lhes trazem as matérias-primas e lhes levam os seus produtos acabados. É impossível valorizar um bairro sem estar a atrair aqueles que podem oferecer a si mesmos os alojamentos livres e facilmente provocar, de imediato, um aumento rápido dos preços de mercado. Tanto quanto os amantes de alojamentos situados nos bairros “populares” não faltam numa capital que emprega cada vez mais gente das profissões intelectuais superiores, as quais, sabe-se efectivamente, não têm em relação ao povo os tiques da burguesia de outrora. Mas o seu apetite imobiliário traduz-se numa partida forçada dos trabalhadores, de empregados e de profissões intermédias que trabalham na capital. Os pequenos comércio diminuem em proveito da restauração rápida ou de luxo (mercearias finas...), de empresas de lazer (salas de desporto) e de cultura, ou seja, o que convém ao modo de vida dos famosos bobos, estes ecologistas rosas cujo voto faz perder as câmaras municipais para direita depois que deram o tom numa capital que perdeu os seus comerciantes. A presença crescente nas grandes cidades desta população de hiper-quadros de altos salários preocupa a direita e, por conseguinte, *Le Figaro* denuncia: “Uma transformação da capital num museu muito limpinho com uma grande zona pedestre, interdito à plebe e aos suburbanos”. O mesmo jornalista — Thierry Portes — vai mesmo ao ponto de lançar um grito de inquietação sobre o futuro das camadas populares tão inesperado quanto politicamente interessado: “Quem não percebe, escreve, a angustiante queixa de um povo de empregados, de trabalhadores, de artistas e de intermitentes, cansados

de uma cidade onde os preços do imobiliário disparam? Um dia destes, entre estes novos suburbanos e as profissões intelectuais que trabalham na melhoria do seu nível de vida, o eléctrico sobre as alamedas externas inscreverá uma fronteira simbólica”¹⁹.

A relação dos habitantes dos centros com a mobilidade contrasta totalmente com a agitação pendular das periferias urbanas²⁰. Vivem perto do seu emprego, podem frequentemente ir a pé e elogiam esta vantagem da sua situação. Isto tanto quanto não há uma simples vantagem que seja quantitativa — ganho de tempo, ou mesmo de dinheiro —, porque esta proximidade entre o emprego e o trabalho faz com que os dois membros do casal possam em igualdade fazer as suas carreiras profissionais, facilitando tudo isto uma verdadeira mutação na relação entre o homem e a mulher. A vida num centro gentrificado permite assim o que a instalação na periferia urbana só muito raramente permite. Na periferia urbana, se o homem exerce uma profissão de quadro, a mulher tem em geral um estatuto de empregada a tempo parcial a fim de dispor de tempo livre para se ocupar das crianças. É ela que assegura a presença mais regular em detrimento da sua ambição profissional. Para os gentrificados, esta desigualdade entre o homem e a mulher desaparece. Ambos podem investir em igualdade na sua carreira pessoal e profissional sem estarem a temer pela educação dos seus filhos, tanto quanto a acumulação de dois salários de hiper-quadros lhes permite facilmente recorrer a um serviço de guarda de crianças no domicílio. O centro gentrificado é um lugar onde se pode construir uma carreira, educar os seus filhos...

¹⁹ Thierry Portes, *Le Figaro*, de 29 de Outubro de 2003, p. 10-13.

²⁰ Trajecto casa/trabalho.

e simultaneamente manter contactos sociais e culturais, ao contrário da periferia urbana que provoca a renúncia comum a uma vida social intensa. Esta motivação dos gentrificados foi bem observada em Amesterdão, onde a gentrificação resulta da migração de famílias que deixam os *suburbs* no momento em que a preocupação de acompanhar a escolarização das crianças corre o risco de provocar a renúncia da mulher a uma carreira profissional. Estes gentrificados receberam, de resto, a denominação de “YUPPS” (Young Urban Professional Parents), uma maneira efectivamente de sublinhar que a supressão do constrangimento das longas deslocações provoca uma reconstrução dos papéis masculinos e femininos no sentido de uma divisão igual das responsabilidades parentais e de ambições de carreira²¹.

Os gentrificados evitam a mobilidade vinculativa da periferia urbana, e sobretudo a perda de tempos que daí resulta. Reequilibram a relação entre o homem e a mulher, entre a vida familiar e a vida social consequentemente. Mas não se fecham com isso no quadro urbano e têm os seus encantos à maneira das periferias urbanas que partem à procura de um pedaço de natureza perdida e se encontram fixados e imobilizados na sua pequena moradia, o seu jardim cercado, com uma vista sobre uma colina ameaçada pelas construções que lhes são impostas pelos seus vizinhos. Opõem a esta procura de um lugar “natural”, a de um lugar orientado para o mundo, permitindo-lhes viver o global à escala local. Esperam de um tal lugar que este participe nesta erosão das fronteiras nacionais, culturais, que lhes

²¹ Lea Karsten, “Family Gentrifiers: Challenging the City as a Place Simultaneously to build a Career and to raise Children”, *Urban Studies*, vol. 40, n.º 12, Novembro de 2003.

permita escapar aos constrangimentos da vida local. Neste sentido, a gentrificação fornece um território onde uma pessoa dotada “de um estado de espírito global” se sentir-se-á legítima. Como se reconhece este estado de espírito global? Os sinais não faltam. Mas o mais significativo consiste, sem dúvida, nesta propensão dos hiper-quadros e de outras profissões intelectuais superiores a medirem o seu salário pelo dos seus equivalentes nos outros países, mas nunca pelo que ganham as outras profissões no seu próprio país. Materialmente, em que é que se pode distinguir um território de vocação “global” do outro? Na presença de tudo que facilita um estilo de vida onde emergem os cafés e os restaurantes do mundo inteiro, lojas e galerias de arte. Ou seja, um conjunto de sinais de prestígio que os promotores aprenderam a manipular de maneira a poder conferir a certos lugares esta marca “do global” que atrairá os candidatos a esta comunidade mundial. Produto imaginário, esta comunidade mundial não constitui menos a marca de identidade da gentrificação de todas as cidades do mundo, a prova da sua relação constitutiva com a globalização²².

De regresso aos velhos centros onde podem reduzir o tempo das deslocações diárias mas também de aí viver ao ritmo do mundo, ou pelo menos pensá-lo assim, os gentrificados escapam aos constrangimentos do movimento como aos do local. Estão aqui e noutro lugar, não na mobilidade obrigada das periferias urbanas mas na ubiquidade. A sua relação à insegurança encontra-se por isso fortemente modificada. Não se situa tanto nos espaços públicos ou

²² Para um desenvolvimento desta análise, ver Matthew W. Rofe, “‘I want to be Global’. Theoring the Gentrifying class as an Emergent Elite Global Community”, *Urban Studies*, vol. 40, n.º 12, Novembro de 2003.

privados como se encontra nos pontos de encontro entre o seu mundo e o que lhe é exterior, aí, encontra-se em contacto com o ambiente ao qual se quer subtrair e com as suas conexões que o ligam a outros lugares, ao mundo. De onde vem o perigo para os habitantes de Paris se não da estação RER Châtelet-les-Halles que fornece um buraco de penetração na cidade à fauna dos subúrbios? É largamente uma preocupação de segurança que leva o actual município a transformar este lugar. Mas a ameaça situa-se um pouco por toda a parte ao longo das vias de comunicação que atravessam a cidade e a ligam à sua parte externa, como aos lugares de embarque para o resto do mundo. O perigo exprime-se com vozes nos aeroportos que difundem em série apelos à vigilância em relação a ameaças que tomem a forma de objectos abandonados ou prende-se à tentação de olhar furtivamente para a cara de indivíduos cujos papéis a polícia controla, procurando-se nos seus traços algo que se assemelhe à daqueles que nos querem fazer mal ou então que o podem fazer sem que a razão seja clara. A insegurança não preocupa realmente os habitantes dos centros gentrificados, não sob a forma evidente que em todo caso esta pode assumir para os habitantes das *cités* que a sentem permanentemente ou para as periferias urbanas que se organizam primeiro em função dela. Esta insegurança normal não é nunca uma questão sua. A insegurança de que falam é, certamente, global. Flutua com a actualidade do mundo e fá-los viver ao seu próprio ritmo.

A relação com a escolaridade dos habitantes dos bairros gentrificados decorre da selectividade do entre si onde eles se podem estabelecer e em ligação aos constrangimentos de mobilidade que sofrem as

periferias urbanas. A qualidade dos habitantes, entendamos por isso o seu grau de educação considerado como uma garantia de uma boa frequência dos estabelecimentos escolares, constitui um argumento essencial dos promotores. Os anglo-saxões, preocupados, como se sabe, em gerir a prova quantificada de toda a correlação, é óbvio, gastam-se a demonstrar com precisão em que percentagem a chegada a um bairro de uma família cujos pais fizeram os estudos superiores enriquece o conjunto dos habitantes. Existe neste campo um efeito de limiar abaixo do qual os gentrificados não querem colocar os seus filhos em determinado bairro onde, no entanto, se orgulham de aí habitar. Se eles apreciam frequência do povo ou do que dele resta, isto não os impede de temer os efeitos nocivos da sua promiscuidade para com a escolaridade dos seus filhos. Assim os bairros parisienses em curso de gentrificação (XIX.º, XX.º) são também os bairros onde os recém-chegados mais escolarizam as suas crianças no sector privado. Mais tarde, se os seus rendimentos o permitirem, arranjarão um apartamento no centro da cidade, onde se encontram os bons liceus²³. Pelo menos decidirão permanecer num sector onde o mesmo estabelecimento assegure a escolaridade do primeiro ano do ciclo ao fim do liceu. O privilégio da habitação no centro deve primeiro traduzir-se pela familiaridade dos serviços, pela sua disponibilidade próxima, permitindo às crianças ir à escola sem o apoio dos seus pais. A vantagem desta disposição é somente por questões práticas. Trata-se

²³ Um amigo nosso descrevia-nos há dias a situação da seguinte forma: “se queremos que os nossos filhos vão para uma boa Universidade, estes têm que vir de um bom liceu. Mas para vir de um bom liceu é necessário viver nos bairros que lhe estão ligados, mas viver nestes bairros exige dinheiro, muito dinheiro”. E assim é feita a selecção universitária em França. [N. do T.]

de uma modificação da relação com a escolaridade. Os estudos secundários são aí vividos como um prolongamento natural do primário, sem o stress da interrupção entre o colégio e o liceu. A obsessão do diploma tende a desaparecer igualmente em proveito da construção de um percurso iniciático. Para quê acumular diplomas se não se sabe bem como os ordenar de forma harmoniosa? A moda instala-se assim, nos gentrificadores, a moda de enviar as crianças depois do secundário ao encontro do mundo e dos seus desejos durante um ano de descoberta. Voltam cheios de hábitos anglo-saxónicos e de razão global, prontos a empenharem-se nos estudos, sabendo já onde estes os devem levar, fazendo em primeiro lugar as indispensáveis estadas de um ou de dois anos nas mais prestigiadas universidades estrangeiras.

O exercício de descrição desta divisão tripartida da cidade contemporânea que acabámos de fazer comporta limites evidentes. Em primeiro lugar, não dá conta exhaustivamente da paisagem urbana. Nem todos os bairros de habitat social são bairros de rejeição. Existe um subúrbio que não é periferia urbana mas pura e simplesmente a extensão natural da cidade sem mudança “de regime”. Existem ainda bairros fortemente burgueses junto dos quais os bairros da gentrificação parecem curiosidades marginais. Que se pode pois dizer para justificar tais omissões, se não dizer, como Churchill, que é a tendência que conta? É verdade que esta se pode mostrar incerta em diversos lugares. Apostar na gentrificação do velho centro de Marselha pode parecer um exercício dos mais perigosos, “o efeito

TGV” choca aí contra fortes interesses locais²⁴. Mas como ignorar o desaparecimento lento da burguesia clássica em proveito desta classe emergente dos hiper-quadros e das profissões intelectuais superiores? Não são os *rentiers* ociosos que transportam os seus desgostos que povoam os palácios mas homens de negócios entre dois aviões.

Só conta a tendência e esta porta-se bem a ver o trabalho de uma lógica de separação a funcionar na cidade em detrimento das interdependências que forneceram uma grelha de leitura da época industrial. Como inverter esta tendência? Tinha-se, até aos anos 70, uma cidade industrial feita essencialmente de dois pólos antagónicos, mas precisamente unidos por uma relação conflituosa no local de trabalho e pela promoção social individual cuja tradução no plano do habitat significava a distribuição por ambas as partes de loteamentos para os seus beneficiários. O conflito e a promoção forneciam dois princípios de transacção. A cidade da mundialização altera a situação pelas duas extremidades. Há agora a mundialização pela camada inferior que se traduz pela concentração das suas minorias visíveis nos territórios de relegação e depois há a mundialização pela camada superior que corresponde à classe emergente associada à gentrificação. Entre estes dois pólos, nenhuma medida comum permite o estabelecimento de uma relação, seja ela ou não conflituosa. Os dois vivem na mesma cidade, mas esta não liga uma e outra das duas extremidades dos seus habitantes. Vive antes ao ritmo do

²⁴ Ver o dossier do *Libération*, 31 de Janeiro de 2004.

mal-estar da população que se intercala entre estes dois elementos sem estar a estabelecer uma continuidade eficaz. Esta população de classes médias, que constitui a principal parte da sociedade, contribui para a relegação tanto quanto ela se sente rejeitada pelo processo de gentrificação. As classes médias tanto constituíram a solução da cidade industrial, como se tornaram no problema da cidade mundializada. Não há forma de a cidade voltar uma vez mais “a fazer sociedade” sem uma solução para as classes médias, quando estas se consideram, com justa razão, “as esquecidas” da nova configuração, pela pura e simples razão de se encontrarem em posição de sentir os seus efeitos.

Jacques Donzelot, “La ville à trois vitesses: relégation, périurbanisation, gentrification”, *Esprit*, Março de 2004.